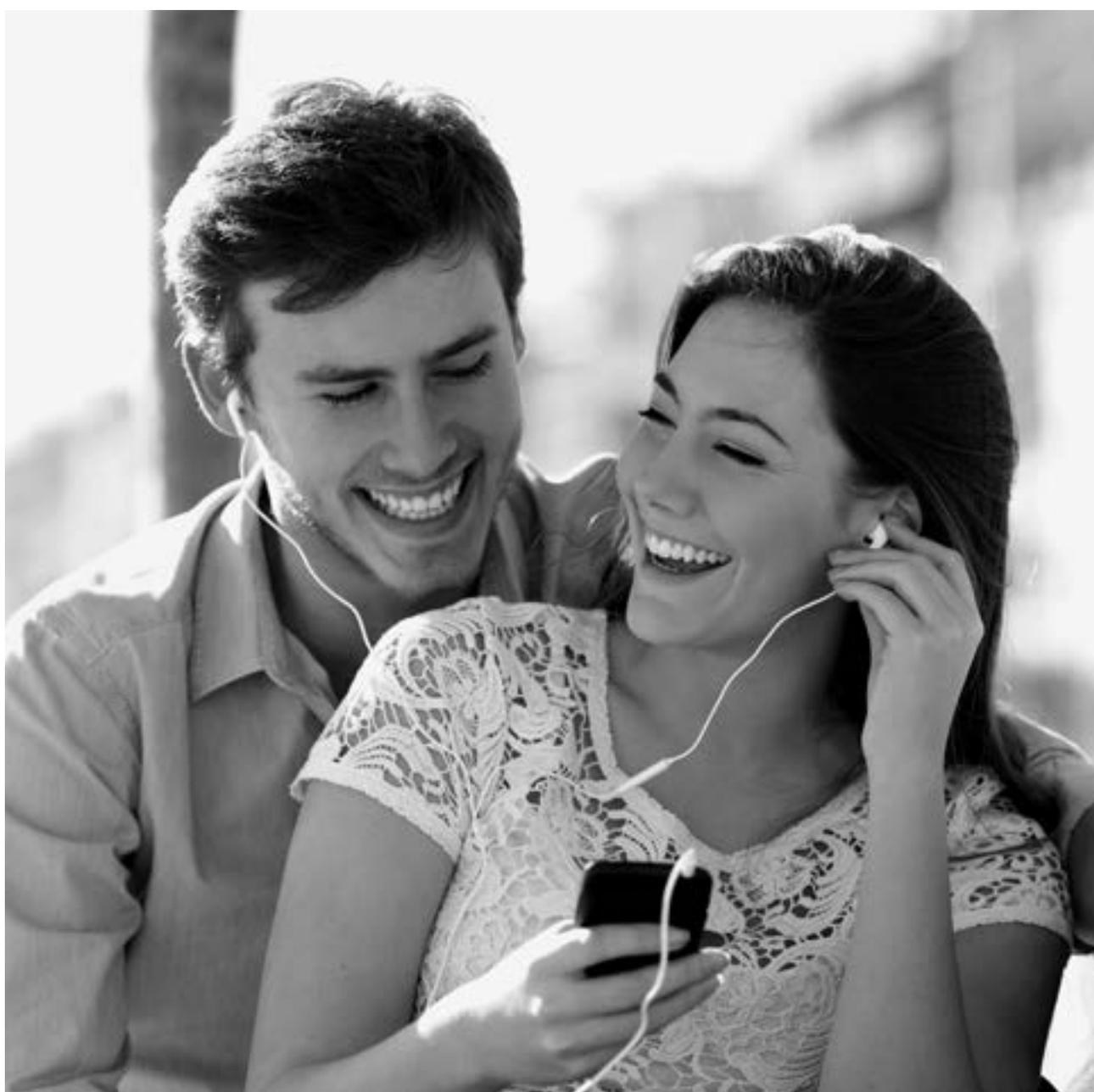




Relatório e Contas 2018

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.





Índice

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

1	Órgãos Sociais	4	4	Notas às Demonstrações Financeiras	32
2	Relatório de Gestão	6			
3	Contas Anuais 2018	24	5	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	130

1

Órgãos Sociais



Conselho de Administração (2015-2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vice-Presidente

Juan Fernández Palacios

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

Vogais

Andrés Jiménez Herradón

Antonio Nuñez Tovar

António Luís de Azevedo Portela

Javier del Río Martín

Luis Anula Rodriguez

(e Administrador-Delegado)

Miguel Pedro Caetano Ramos

Conselho Fiscal (2017-2019)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente:

José Gabriel Chimeno

Mesa da Assembleia Geral (2015-2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

Sociedade Revisora Oficial de Contas (2017-2019)

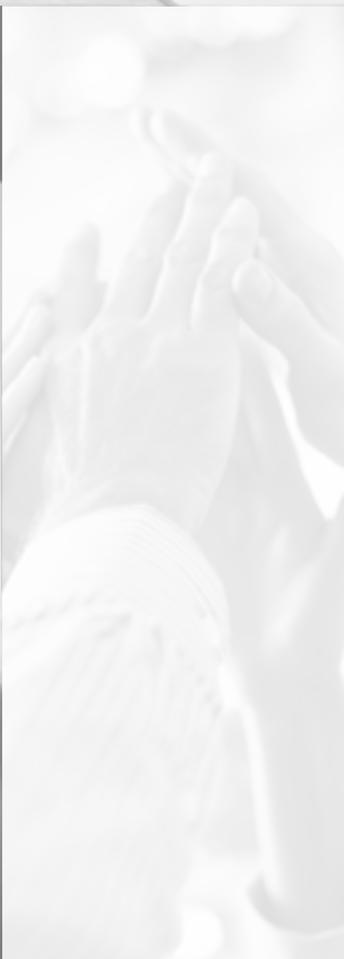
KPMG & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A., representada por
José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente:

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

2

Relatório de Gestão



Principais indicadores

238 pessoas

54%
mulheres

46%
homens

Média de indicadores
de idade e antiguidade

entre
44,2 e 14,6 anos

4.364 h
de formação
COLABORADORES

8,4%
e-learning

22.977 h
de formação
MEDIADORES

80%
e-learning

A nível de resultados, segundo os dados provisórios disponibilizados pela APS, o ano fica marcado por uma subida significativa do resultado líquido, na ordem dos 58%, para um valor próximo dos 550 milhões de euros que compara com 347 milhões no ano anterior.

1. Enquadramento Económico

De uma forma geral, tanto a nível mundial como no caso de Portugal, o contexto económico pode-se caracterizar por um período de crescimento algo robusto, embora apresentando sinais que levam a antever um certo abrandamento.

Com efeito, o Fundo Monetário Internacional, no seu *World Economic Outlook* de outubro de 2018, aponta para que continue a expansão económica em curso desde meados de 2016, prevendo que o crescimento para o período de 2018 – 2019 se mantenha ao nível do ano 2017.

Não obstante, avança que tal crescimento deverá apresentar-se menos equilibrado, na medida em que, por um lado, algumas economias importantes poderão ter já atingido um pico e, por outro, surgiram alguns riscos ameaçadores nos últimos seis meses.

Por isso, procedeu mesmo a uma revisão em baixa de 0,2 pontos percentuais da estimativa de crescimento do PIB mundial, em relação às de abril, situando-a agora nos 3,7%.

No caso dos Estados Unidos da América, ainda que o momento se caracterize por um forte estímulo fiscal, as previsões foram revistas em baixa devido ao recente anúncio de medidas comerciais restritivas, nomeadamente a imposição de taxas adicionais às importações da China, sendo previsível que essas medidas estendam os seus efeitos a outras economias Asiáticas, para além da China, causando um abrandamento nas percentagens de crescimento desses países.

No que concerne às economias emergentes as perspetivas são mistas. Se, por um lado, são mais positivas no caso dos países produtores de petróleo que beneficiaram da subida das cotações desta matéria-prima no ano 2018, noutros casos, como o Brasil e a Turquia, identificam-se dificuldades específicas derivadas, nomeadamente, de tensões geopolíticas e financeiras que tenderão a estabelecer um sentimento menos positivo.

Também em relação à Zona Euro e ao Reino Unido as perspetivas de crescimento foram revistas em baixa, após se ter observado uma surpreendente redução da atividade no início de 2018.

Além disso, não se pode deixar de ter em conta o processo em curso de saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, pelos efeitos negativos que se adivinha poderem vir a produzir-se sobre as economias europeias.

O FMI aponta ainda dois outros fatores que, de uma forma geral, se constituem como limitadores do crescimento económico: de um lado, a elevada incerteza política e, de outro, a lenta expansão da população em idade ativa e os modestos ganhos de produtividade esperados.

Na verdade, alguns riscos que tinham sido apontados no *Outlook* de abril, como, por exemplo, o aumento das barreiras comerciais e a reversão dos fluxos de capital nas economias emergentes, agravaram-se e materializaram-se pelo menos parcialmente, pelo que a revisão anunciada em outubro aparece como natural e totalmente plausível de se vir a confirmar na realidade.

<i>Indicadores da economia mundial</i>	2017	2018	2019	2020
PIB Mundial (% crescimento)	3,6	3,6	3,3	3,4
PIB Zona Euro (% crescimento)	2,5	1,9	1,7	1,7
Comércio (% crescimento)	5,2	4,7	3,7	3,7
Cotação petróleo (euros)	48,2	60,9	59,5	58,8

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2018)

Passando agora para o plano da economia portuguesa, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma trajetória muito similar à mencionada anteriormente para a economia mundial.

De facto, esta instituição, no seu Boletim Económico de dezembro, antevê que se mantenha uma trajetória de crescimento, mas prevê uma certa desaceleração. Deste modo, ajustou a percentagem de crescimento do PIB no ano 2018 para 2,1% face aos 2,3% avançados nas estimativas de junho e outubro, agravando, assim, o *gap* em relação aos 2,8% com que fechou o ano 2017.

Este ajustamento, que tem a particularidade de alinhar o crescimento do PIB português com as perspetivas do Banco Central Europeu para o conjunto a Zona Euro, assenta essencialmente na revisão em baixa do crescimento das exportações, derivada da evolução prevista para a economia mundial e do abrandamento da percentagem de crescimento do turismo já revelado pelas estatísticas ao longo do ano 2018.

Para o consumo privado, estima-se que se mantenha em 2018 uma taxa de crescimento similar ao ano anterior, reduzindo-se a partir de 2019.

Por sua vez, a percentagem de crescimento do investimento deverá sofrer uma redução significativa em 2018, voltando a acelerar um pouco nos anos seguintes, essencialmente por aumento da dinâmica do lado empresarial, uma vez que o investimento público tem sido e continuará a ser bastante restrito, dados os condicionalismos associados à necessidade de controlo do *deficit* das contas públicas.

No mercado laboral, após um ano de 2017 bastante forte, espera-se uma redução da taxa de crescimento do emprego em 2018 e nos anos subsequentes. Apesar disso, a taxa de desemprego deverá manter uma desaceleração consistente ao longo dos próximos anos, chegando muito próximo da percentagem de referência de pleno emprego.

No que respeita à inflação, a perspetiva é que se apresente em 2018 e se mantenha nos anos seguintes em níveis inferiores aos que são apontados para a Zona Euro.

“

Em termos monetários, ao longo do ano 2018, Portugal continuou a beneficiar da manutenção de um baixo nível de taxas de juro, tendo aproveitado para realizar amortizações antecipadas dos empréstimos concedidos pelo FMI aquando do resgate financeiro ocorrido em 2011, reduzindo assim a fatura da despesa com juros.

Embora seja provável que se verifique uma trajetória ascendente quando excluídos os bens energéticos, a mesma tenderá a ser compensada pela estabilidade em baixa prevista para o preço do petróleo.

Em termos monetários, ao longo do ano 2018, Portugal continuou a beneficiar da manutenção de um baixo nível de taxas de juro, tendo aproveitado para realizar amortizações antecipadas dos empréstimos concedidos pelo FMI aquando do resgate financeiro ocorrido em 2011, reduzindo assim a fatura da despesa com juros.

Apesar do termo anunciado do plano de aquisições de dívida soberana levado a cabo pelo Banco Central Europeu, espera-se que o panorama das taxas não se altere significativamente no ano 2019.

Assim, beneficiando do ciclo de crescimento económico e da redução da despesa com juros, o *deficit* das contas públicas prepara-se para apresentar uma redução acentuada de 2,3 pontos percentuais, situando-se em 0,7% do PIB, trajetória que se deverá manter nos próximos anos, embora de forma mais moderada, prevendo-se que termine nesse ano nos 0,2% e acabe mesmo por atingir um *superavit* no ano 2020.

<i>Indicadores económicos de Portugal</i>	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB	0,9	1,6	1,5	2,8	2,1	1,8	1,7
Consumo Privado	2,2	2,6	2,1	2,3	2,3	2,0	1,8
Consumo Público	(0,5)	0,8	0,6	0,2	0,7	0,1	0,0
Investimento	2,2	4,5	1,6	9,2	3,9	6,6	5,9
Exportações	2,6	6,1	4,1	7,8	3,6	3,7	4,0
Importações	6,3	8,2	4,1	8,1	4,1	4,7	4,9
Taxa de Desemprego	13,1	12,4	11,1	8,9	7,0	6,2	6,5
Índice Preços Consumidor	(0,1)	0,5	0,6	1,6	1,4	1,4	1,5
Saldo das Contas Públicas	(4,8)	(4,4)	(2,1)	(1,4)	(0,7)	(0,2)	0,7
Taxa Juro Curto Prazo	0,169	0,000	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,300)	0,000

Dados em percentagem – Dados de 2018, 2019 e 2020 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores - Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2018)

2. Panorama Setorial

O volume de prémios do setor segurador voltou a ter em 2018 uma evolução bastante favorável, apresentando um crescimento de 11,8% e alcançando um total muito próximo de 13 mil milhões de euros, de acordo com a informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

Este facto permitiu que, pelo segundo ano consecutivo, tivessem melhorado os índices de penetração no conjunto da economia, com o rácio de vendas em relação ao PIB a situar-se em 6,9% (mais 0,9 pontos percentuais que no ano anterior) e o prémio *per capita* a ficar nos 1.261,72 € (um crescimento de 12% face aos 1.126,65 € do ano anterior).

Mais uma vez, foi o segmento de Vida o impulsionador desta *performance* com um crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior, para um valor superior a 8 mil milhões de euros, destacando-se os Planos Poupança Reforma (PPR) com um aumento de 55,5%, atingindo praticamente 3,5 mil milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos dez anos.

Quanto ao segmento Não Vida, embora tenha tido uma *performance* mais moderada, consolidou-se em terreno positivo, apresentando um crescimento de 7,5% que não pode deixar de se considerar relevante, atingindo um valor superior a 4,8 mil milhões de euros.

Destacou-se o ramo de Acidentes de Trabalho que voltou a crescer a dois dígitos, este ano 13,5%, certamente em consequência da implementação das correções tarifárias imprescindíveis ao seu reequilíbrio técnico.

Por sua vez, o ramo de Doença, ainda que tenha abrandado ligeiramente o ritmo de crescimento, de 8,3% no ano anterior para 7,4% em 2018, continuou a marcar uma posição importante, assumindo-se pelo terceiro ano consecutivo como a segunda linha de negócio mais expressiva do segmento Não Vida.

Merecem também referência os incrementos de 6,8% em Automóvel e de 5,4% dos Multiriscos, em ambos os casos mais acentuados que no ano anterior, em resultado do momento favorável da economia.

No que respeita à sinistralidade, o ano 2018 voltou a ser fustigado por um fenómeno extremo, no caso, a passagem do furacão Leslie, que afetou especialmente o ramo Multiriscos, embora o prejuízo tenha sido menos expressivo do que o associado aos incêndios ocorridos no ano anterior. Por esse motivo e porque funcionou a tradicional proteção de resseguro contratada pelas seguradoras, a taxa de sinistralidade medida a prémios emitidos baixou para os 59%, ainda assim mantendo-se acima do nível de outros anos recentes.

Gráfico 1 | Penetração do setor segurador na economia

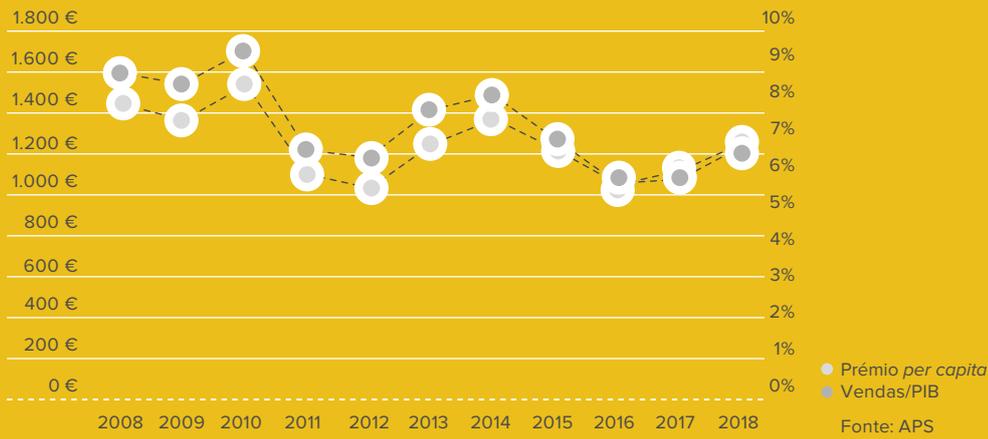


Gráfico 2 | Taxa crescimento nominal vendas

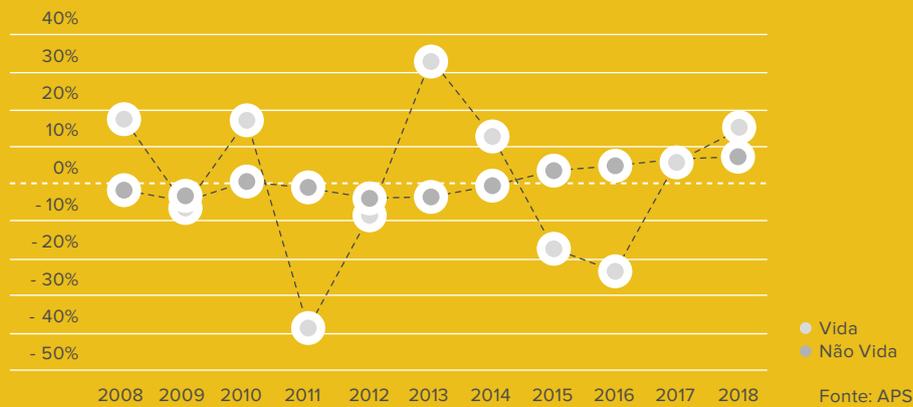


Gráfico 3 | Taxa crescimento ramos Não Vida

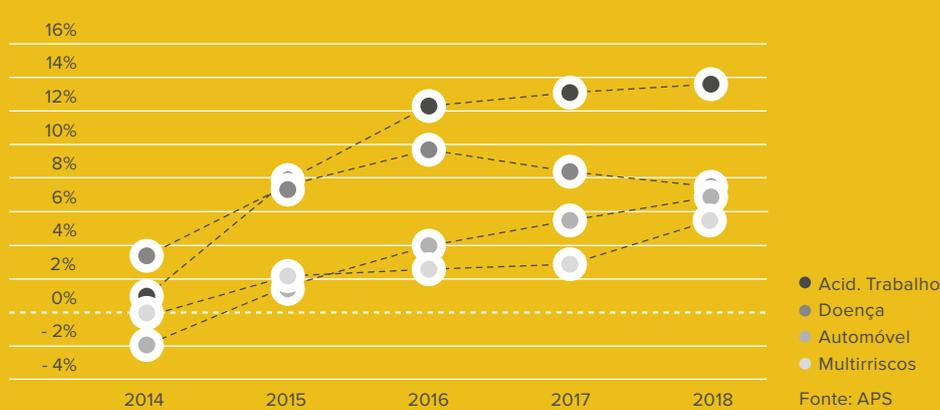


Gráfico 4 | Taxa sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



Por sua vez, o ramo Automóvel viu a taxa aumentar quase um ponto percentual para os 64,7%, evolução que poderá estar relacionada com o aumento de circulação de veículos em decorrência do reforço da atividade económica.

Já o ramo de Acidentes de Trabalho, pelo segundo ano consecutivo, apresentou uma descida significativa, situando-se nos 78,7%, certamente em resultado das correções tarifárias já aludidas. Ainda assim, este nível não será suficientemente confortável para poder afirmar-se que o equilíbrio técnico do ramo está assegurado.

Na área de Vida, a sinistralidade dos produtos de risco puro, após a inflexão verificada no ano anterior, voltou a uma tendência de descida, situando-se nos 25,9%, a percentagem mais baixa dos últimos cinco anos.

O Fluxo Técnico do Ramo Vida, depois de ter iniciado o ano em terreno negativo, acabou por recuperar ao longo dos meses e terminou próximo dos 666 milhões de euros, cifra praticamente igual à que tinha atingido no ano anterior.

Este comportamento positivo dos últimos dois anos não foi, contudo, suficiente para compensar a perda do período mais recente, pelo que o saldo acumulado no conjunto dos últimos sete anos ainda é bastante negativo.

A nível de resultados, segundo os dados provisórios disponibilizados pela APS, o ano fica marcado por uma subida significativa do resultado líquido, na ordem dos 58%, para um valor próximo dos 550 milhões de euros que compara com 347 milhões no ano anterior.

Esta *performance* fica-se a dever à melhoria da conta técnica do segmento Não Vida, que alcançou os 219 milhões de euros frente aos 78 milhões do ano 2017, enquanto o segmento de Vida estabilizou num valor muito parecido ao do ano anterior a rondar os 430 milhões de euros. O restante contributo para o bom desempenho verificado é atribuível ao resultado não técnico, o qual, ainda que negativo, recuou praticamente 70 milhões de euros.

Em 2018:

11,8%

Aumento do volume de prémios do setor segurador



A melhoria ocorrida no segmento Não Vida aparece especialmente associada à inversão de resultados em Acidentes de Trabalho e em Incêndio e Outros Danos, no primeiro caso, certamente, pelo efeito das correções tarifárias implementadas e, no segundo, pelo regresso a uma certa normalidade num ano onde, apesar do efeito do furacão Leslie, os prejuízos foram menores que os decorrentes das catástrofes dos incêndios florestais do ano anterior.

Do ponto de vista da Solvência, tudo aponta para que não se verifiquem alterações muito significativas ao fecho

do exercício. Com efeito, segundo o relatório de evolução trimestral da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no final do 3.º Trimestre o rácio de cobertura do SCR (Requisito do Capital de Solvência) situava-se em 184%, cerca de 9 pontos percentuais acima do rácio de encerramento do exercício do ano anterior. Esta melhoria era proveniente das companhias Não Vida e Mistas, ao passo que as companhias Vida mantinham o rácio inalterado, indiciando que a mesma se poderá ter ficado a dever ao comportamento mais favorável das variáveis associadas ao negócio Não Vida já comentado anteriormente.

Gráfico 5 | Taxa sinistralidade Vida Risco Puro (s/ prémios emitidos)

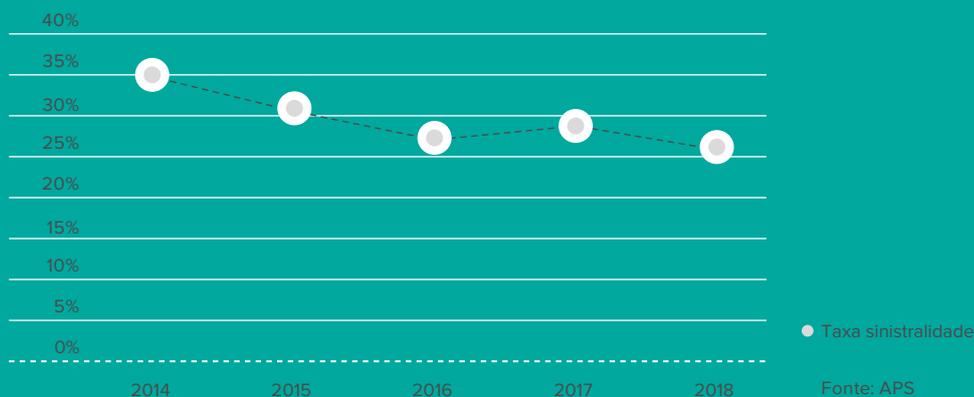
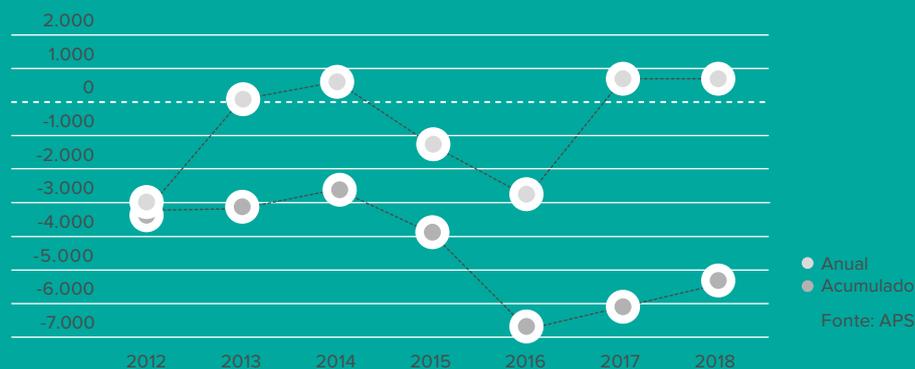


Gráfico 6 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2018 (milhões €)



Gráfico 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2018 (milhões €)



3. A MAPFRE

3.1. Estrutura de Capital

O capital social da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 € constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 €, cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação aos anos anteriores.

3.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Neste âmbito adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – Cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- **Conselho de Administração** – Composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- **Conselho Fiscal** – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- **Revisor Oficial de Contas** – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.



Depois de ter sido objeto de um ajuste no ano 2017, já numa perspetiva de médio/longo prazo, com o objetivo de se adaptar à estratégia e aos objetivos definidos, a estrutura organizacional da empresa manteve-se inalterada durante o ano 2018.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.



3.3. Política de Remuneração dos Órgãos de Administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho.

O Código de Ética e de Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por oito membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

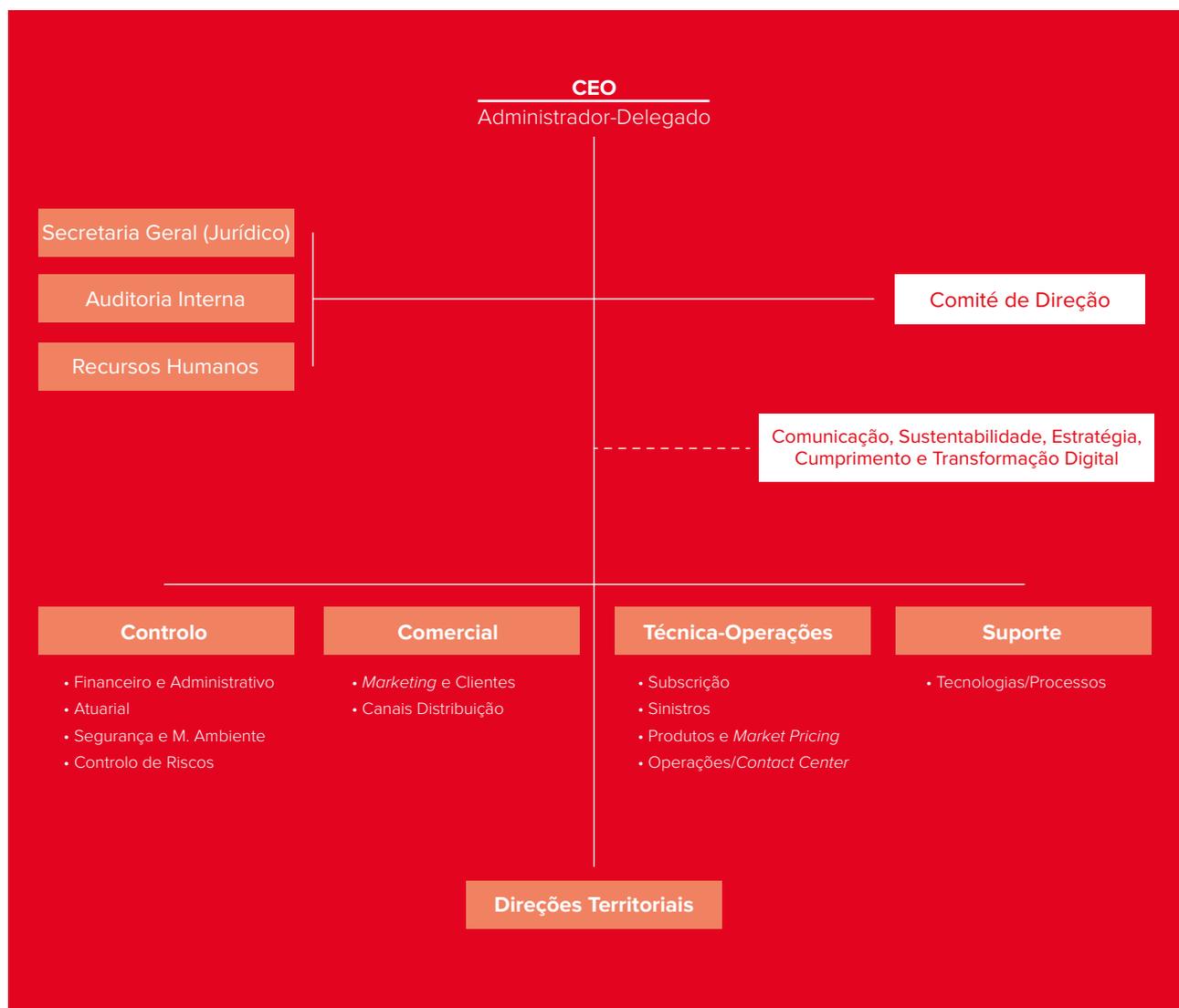
- a) Existe um administrador executivo – o Administrador-Delegado – que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) Os restantes administradores não são executivos, sendo que três deles, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;
- c) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;
- d) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal, tendo sido estabelecido de forma diferente por ata da Assembleia Geral de 27 de março de 2018;
- e) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções nessa sociedade, bem como na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.4. Estrutura Organizacional

Depois de ter sido objeto de um ajuste no ano 2017, já numa perspetiva de médio/longo prazo, com o objetivo de se adaptar à estratégia e aos objetivos definidos, a estrutura organizacional da empresa manteve-se inalterada durante o ano 2018, conforme diagrama que se apresenta a seguir.

Dado que têm sido evidentes as sinergias, tanto na vertente da otimização de gastos como na capacidade de resposta às solicitações dos clientes, esta estrutura manteve-se, um ano mais, comum à MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. que explora os ramos Não Vida e à MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. que opera os ramos Vida e é integralmente detida por aquela.



3.5. Atividade Desenvolvida

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2018 foi norteada por quatro pilares estratégicos:

- Desenvolvimento de rede comercial própria e do canal de acordos de distribuição;
- Foco no negócio rentável;
- Melhoria dos rácios combinados dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- Investimento na cultura e no talento humano.

No que concerne ao desenvolvimento da rede própria, foi dada continuidade aos programas de formação de APM - Agentes Profissionais MAPFRE e APE - Agentes Profissionais Específicos MAPFRE (especializados no ramo Vida). Após os resultados naturalmente incipientes obtidos no ano 2017, no qual se deu início a este programa, a aposta consolidou-se ao longo de 2018, tendo-se alcançado, no conjunto da rede própria, um crescimento de 7,0% nos prémios emitidos e 8,1% no número de apólices contratadas, números estes que consideramos bastante encorajadores e que parecem ser consistentes com a estratégia.

Por sua vez, a área de acordos de distribuição, em relação aos quais também no ano anterior se tinham lançado as bases de desenvolvimento, teve uma evolução muito positiva, apresentando um crescimento notável de 73,6% do número de apólices, enquanto o volume de prémios emitidos aumentou 5,8%, diferença esta que é explicada pelo facto de a maioria das apólices ter pagamento fracionado mensal, ocorrendo um desfasamento temporal dos prémios contabilizados, acabando uma parte significativa por ser remetida para o ano 2019.

A estratégia de foco no negócio rentável passou pelo investimento na promoção dos ramos não obrigatórios, reduzindo assim a exposição da carteira a Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Assim, fruto de um importante trabalho específico de dinamização comercial, observou-se um crescimento dos prémios emitidos de 50,6% no ramo de Incêndio e Outros Danos. Embora se deva ter em conta a influência de um grupo de apólices especiais na área de empresas, importa ressaltar que sem as mesmas, ainda assim, o crescimento teria sido digno de menção pois alcançaria 13,7%.

Gráfico 8 | Taxa crescimento vendas Não Vida

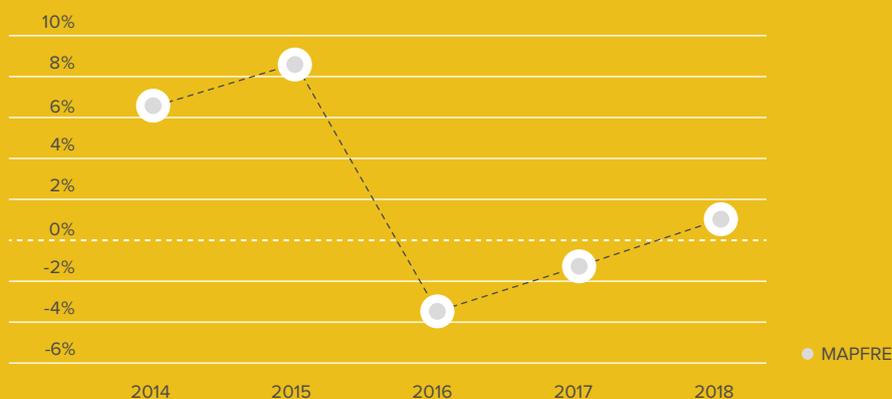
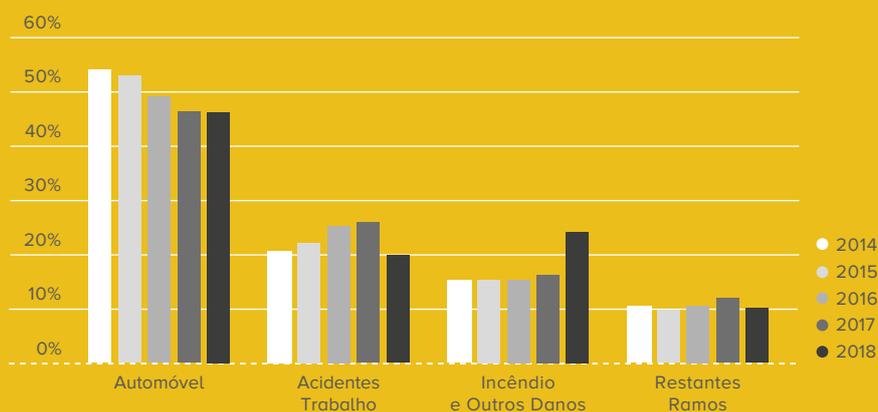


Gráfico 9 | Estrutura da carteira Não Vida MAPFRE



O ramo de Acidentes de Trabalho, cujo rácio combinado vinha a ser fonte de preocupação nos últimos anos, foi alvo de um processo de reequilíbrio técnico forte e rigoroso, o qual implicou ajustamentos tarifários, bem como a alteração de algumas regras de subscrição e, em especial, o saneamento de uma parte significativa das apólices em carteira, resultando num decréscimo de prémios da ordem dos 22,6%, correspondente a cerca de 5,5 milhões de euros.

Já no que respeita a Automóvel, embora a situação fosse menos preocupante do que Acidentes de Trabalho, houve necessidade de introduzir algumas medidas corretoras de índole técnica que implicaram uma natural limitação na evolução dos prémios no primeiro semestre do ano. No segundo semestre, a introdução de métodos mais inovadores de segmentação de clientes permitiu incrementar a competitividade e, dessa forma, encetar uma recuperação, acabando este ramo por apresentar, no final do ano, um crescimento ligeiro de 0,8%.

No conjunto dos restantes ramos, observou-se um decréscimo de 14,9%, derivado na sua quase totalidade do comportamento menos favorável de Responsabilidade Civil, em consequência do saneamento de um negócio de montante mais elevado que apresentava há vários anos um resultado deficitário.

Na globalidade dos ramos explorados, conseguiu-se manter uma tendência de recuperação e entrar em terreno positivo, tendo-se atingido um crescimento de 1%, que rotulamos de bastante positivo, tendo em conta as condicionantes aludidas, em especial o processo de saneamento levado a cabo no ramo de Acidentes de Trabalho.

Em consequência da evolução descrita, o peso do ramo de Acidentes de Trabalho no total da carteira de prémios reduziu-se de 25,8% em 2017 para 19,8% ao fecho de 2018, enquanto no ramo Automóvel manteve-se praticamente inalterado, situando-se em 46,1% da totalidade dos prémios emitidos. Já o ramo de Incêndio e Outros Danos aumentou significativamente a sua representatividade passando de 16,2% para 24,1%.

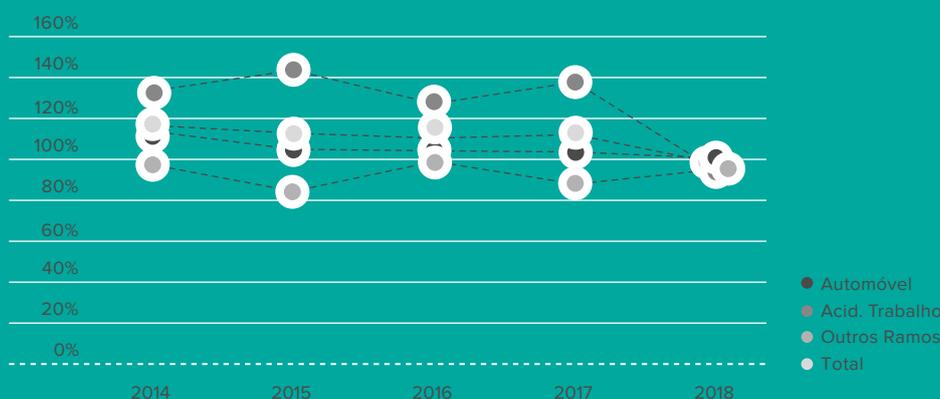
No seu conjunto, o peso dos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho reduziu-se de 72,0% em 2017 para 65,9% ao fecho de 2018, tendo, assim, uma evolução em linha com o preconizado na estratégia traçada.

Outro dos pilares estratégicos definidos, talvez o mais importante, foi a melhoria dos rácios combinados de Automóvel e Acidentes de Trabalho. E, quanto a isso, podemos expressar, sem reservas, a satisfação de ter alcançado a sua consecução.

Destaca-se o ramo de Acidentes de Trabalho, o qual, fruto das ações já mencionadas a propósito da evolução dos prémios, apresentou uma viragem importante em direção à rentabilidade técnica, tendo terminado o ano com um rácio combinado de 94,7%, conseguindo, assim, uma melhoria notável de quase 43 pontos percentuais.

No ramo Automóvel, a recuperação foi um pouco mais moderada mas significativa, da ordem dos 3 pontos percentuais, situando-se em 100,7%, suficiente para garantir o objetivo primordial de apresentar uma rentabilidade técnica positiva.

Gráfico 10 | Evolução Rácios Combinados Não Vida



No conjunto dos restantes ramos, pese embora a influência da tempestade Leslie, que afetou sobretudo os Multirriscos, alcançou-se um rácio combinado de 95,3%, amplamente satisfatório e que parece tender a consolidar-se nesse nível ao longo dos anos.

Desta forma, o rácio combinado global terminou em 98,2% revelando uma gestão técnica minimamente saudável, a qual foi fundamental para inverter o ciclo menos positivo do resultado líquido dos anos anteriores e se constitui num contributo decisivo para a solidez da empresa numa perspetiva de futuro.

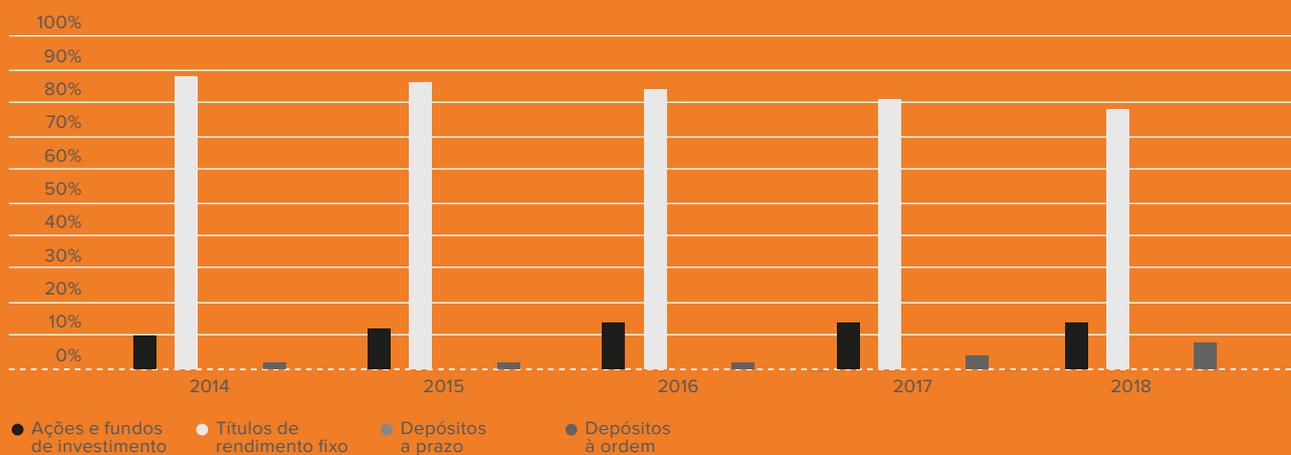
A estrutura da carteira de investimentos não sofreu alterações significativas em relação aos anos precedentes, continuando a ser pautada por um posicionamento prudente, na qual pontificam os títulos de rendimento fixo. Apenas se reduziu ligeiramente o peso deste tipo de ativos por contrapartida de um aumento de depósitos bancários,

atenta a necessidade de dispor de liquidez para fazer face aos pagamentos inerentes às obras de remodelação das novas instalações da sede.

Quanto à rentabilidade corrente, medida em função do investimento médio a valor de aquisição, não tendo ocorrido alterações substanciais na estrutura da carteira, situou-se em 2,7%, com uma ligeira descida em relação ao ano anterior, naturalmente decorrente do reinvestimento dos valores de vencimento dos títulos mais antigos, associados a taxas mais elevadas, em ativos com rentabilidades mais baixas, em função da tendência dos mercados.

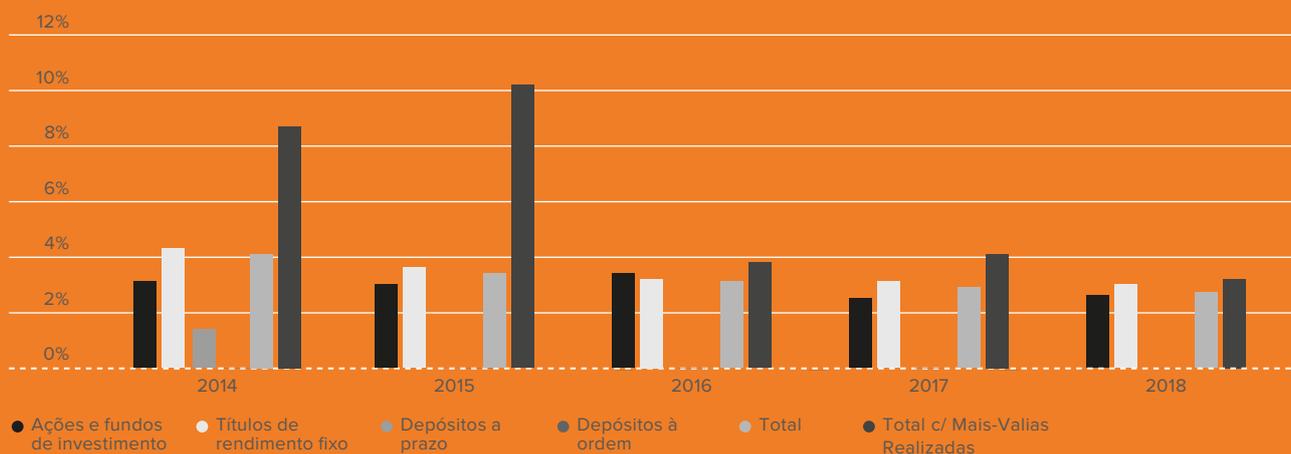
À semelhança dos anos anteriores, realizaram-se algumas mais-valias em consequência de movimentos de recomposição de carteiras de títulos para garantir a necessária adequação às responsabilidades a cobrir, facto que elevou o nível da rentabilidade para 3,2%

Gráfico 11 | Estrutura da Carteira Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



Nota: Investimento médio a valor de aquisição. Participações em filiais não incluídas.

Gráfico 12 | Rentabilidade Carteira Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



Nota: Taxas anualizadas, calculadas em função do investimento médio a valor de aquisição sem incluir investimentos em filiais

Ainda no que concerne a mais-valias, cabe aqui uma referência à venda do edifício da sede que gerou um ganho de aproximadamente 7,58 milhões de euros depois de impostos.

Esta decisão de venda do edifício teve como pano de fundo o alinhamento com o posicionamento do Grupo MAPFRE de transferir os serviços centrais das grandes cidades para a periferia e foi alavancada pelo contexto extremamente favorável do mercado imobiliário, talvez irrepetível num futuro próximo, em especial no que respeita ao segmento de escritórios. Assim, após cerca de 26 anos de permanência no centro de Lisboa, a sede e os serviços centrais serão transferidos durante o primeiro trimestre de 2019 para a zona de Miraflores.

Este ano, o resultado líquido atingiu os 12,03 milhões de euros, elevando o ROE (*return on equity*) para os 17,2%, repartindo-se os louros deste logro quase equitativamente entre a já aludida rentabilidade técnica e a mais-valia resultante da venda do edifício sede.

Expurgando o contributo extraordinário da venda do edifício, o resultado teria sido de cerca de 4,50 milhões de euros, cifra que nos apraz destacar uma vez que representa uma evolução muito favorável de inversão total, face aos 5,33 milhões de euros negativos do ano anterior.

O balanço experimentou um crescimento relevante. O ativo subiu quase 19 milhões de euros, para 225 milhões de euros (206 milhões de euros no ano anterior), devido ao aumento da valorização dos títulos em carteira e dos

recuperáveis de resseguro que, em conjunto, mais do que compensaram a diminuição na rubrica de terrenos e edifícios associada à venda do imóvel da sede.

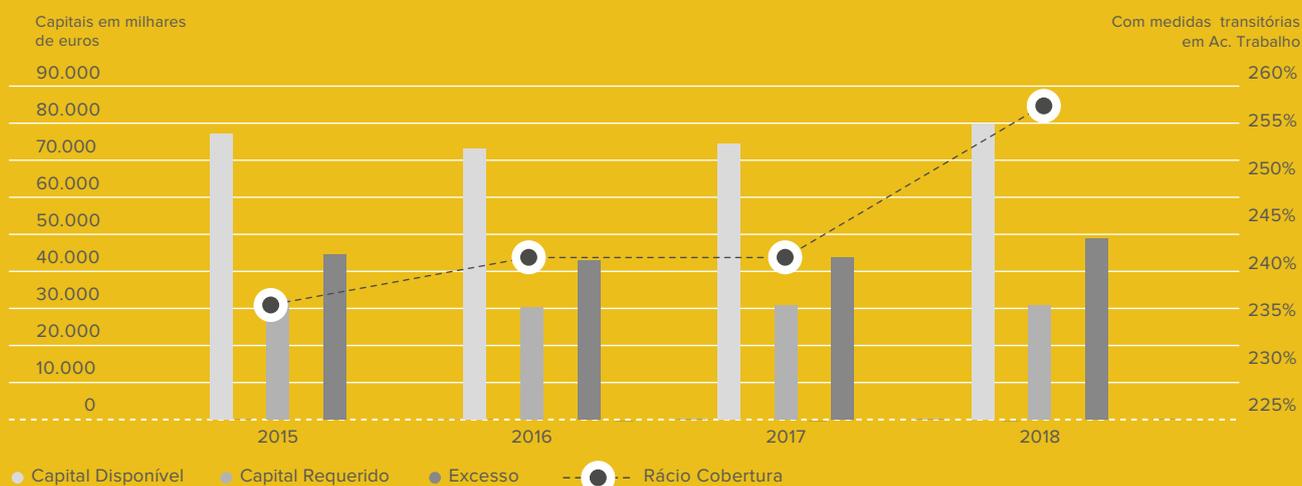
O passivo, por sua vez, apresentou um aumento de aproximadamente 8 milhões de euros, decorrente, em especial, de incrementos nas provisões técnicas e nos impostos a pagar.

Em consonância com a evolução destes dois componentes, o capital próprio aumentou praticamente 11 milhões de euros, fortemente influenciado pelo resultado líquido gerado no exercício.

Em função deste reforço do capital e não tendo havido uma alteração relevante do perfil de risco da companhia, o rácio de cobertura do Requisito de Solvência (SCR) aumentou em relação aos anos precedentes, situando-se em 258%, isto é, quase 2,6 vezes mais que o nível estritamente necessário, continuando a situar a MAPFRE num lugar de destaque no panorama segurador e permitindo encarar o desenvolvimento do negócio futuro sem constrangimentos.

Encarnando uma filosofia de gestão e monitorização da exposição aos diversos riscos subjacentes ao regime de Solvência, foi efetuado um seguimento trimestral de alguns indicadores de apetite ao risco, segundo o quadro de mando vigente no Grupo MAPFRE, sendo a posição à data de encerramento do exercício a que se encontra retratada no quadro da página seguinte. Como se pode verificar, todos eles se encontram na zona verde, traduzindo uma gestão conforme e controlada.

Gráfico 13 | Rácio de Solvência



Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Limites de risco			MSG	
						Período de avaliação anterior (12-2017)	Avaliação do período atual (12-2018)
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % – 110 %	< 110 %	242%	258%
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % – 20 %	> 20 %	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % – 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	2,3%	3,6%
Outros riscos financeiros	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % – 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	≥ 10 vezes	10 – 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % – 105 %	< 105 %	1.127%	1.348%

A evolução bastante positiva de todas as variáveis descritas anteriormente, não teria sido possível sem o suporte de uma equipa de Recursos Humanos motivada e empenhada que mais uma vez deu o seu melhor em prol da estratégia definida.

Esta equipa estava constituída no final do ano por 238 colaboradores, com uma idade e antiguidade médias de 44,2 e 14,6 anos respetivamente e uma equilibrada distribuição por género com 54% de mulheres e 46% de homens.

Não obstante o bom nível de formação académica, revelada por uma fatia de 52% de colaboradores com formação superior, a MAPFRE não poupou esforços na capacitação de todo o quadro, tendo investido 4.364 horas em formação técnica e comportamental, das quais 368 foram ministradas em *e-learning*.

Além do investimento na formação do quadro de colaboradores, dedicaram-se também 22.977 horas à formação da rede de mediadores, no conjunto das áreas de Não Vida e Vida, na sua esmagadora maioria (80%) através de *e-learning*.

Para uma fiel transmissão da atividade, importa ainda deixar uma referência ao trabalho de suporte desenvolvido por algumas áreas da empresa.

Desde logo, convém destacar a atuação da Área de Tecnologias que, como habitualmente, garantiu o funcionamento robusto das diversas aplicações informáticas e contribuiu de forma decisiva para a construção de novas ferramentas de entre as quais destacamos o "iMediador", uma aplicação muito prática para utilização na gestão diária da rede de mediação que permite uma mobilidade total.

Também a Área de Marketing e Clientes, avançou significativamente no trabalho de segmentação dos Clientes, tendo já introduzido uma parte do novo paradigma de gestão no segundo semestre e prevendo-se a sua aplicação integral ao longo do ano 2019.

A Unidade de Segurança e Meio Ambiente dedicou um esforço especial à coordenação dos diversos projetos de implementação do novo Regime Geral de Proteção de Dados (conhecido pela sigla RGPD), garantindo a sua conformidade. Teve ainda uma participação ativa na implementação de um novo processo de gestão dos acessos dos utilizadores das aplicações informáticas.

Por sua vez, a Unidade de Auditoria Interna, manteve a sua atividade independente, realizando 14 auditorias, para o conjunto das áreas Não Vida e Vida, das quais resultaram 98 recomendações. De realçar que o grau de implementação efetiva das recomendações acumuladas ao longo dos anos de atividade da Auditoria Interna se encontra próximo de 81%.

Do ponto de vista da responsabilidade social, na senda dos anos anteriores, continuou a ser levada a cabo uma vasta atividade, da qual se destaca a já tradicional Caravana de Educação Rodoviária, que percorreu várias cidades do país com ações de formação e sensibilização para uma correta postura ao volante. Participou também em atividades de recolha de alimentos, roupas e materiais escolares. Além disso, pela primeira vez este ano, dinamizou uma campanha de recolha de sangue entre os colaboradores da MAPFRE.

3.6. Perspetivas para o Futuro

A viragem extremamente positiva conseguida em termos de rentabilidade, decorrente da implementação da estratégia definida para o ano 2018, aconselha a que a mesma se mantenha no seu essencial, dirigindo os esforços apenas para algumas melhorias específicas de forma torná-la ainda mais consistente.

Assim, ao longo do ano 2019 a atividade irá pautar-se pelos seguintes pilares:

- Alargamento e consolidação da rede própria de mediação e dos acordos de distribuição;
- Promoção dos ramos estratégicos e melhoria da estratégia de clientes;
- Implementação do método comercial de gestão 360, tanto para particulares como para empresas;
- Estabilização dos rácios combinados, especialmente em Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- Redução de gastos gerais;
- Promoção da Transformação, quer na forma de pensar e trabalhar dos colaboradores como através do suporte de ferramentas digitais.

Com base nestes pilares e tendo em conta as perspetivas favoráveis ao nível da conjuntura económica, espera-se conseguir incrementar o volume de negócios e a rentabilidade corrente.

Por outro lado, mantendo-se o essencial da estratégia, naturalmente, o perfil de risco não se alterará significativamente, pelo que se prevê que a MAPFRE continue a apresentar um balanço sólido e um elevado nível de solvência, dois aspetos que podemos considerar uma imagem de marca da companhia.

Do ponto de vista operacional, no primeiro trimestre do ano 2019 ocorrerá a mudança de instalações da sede e dos serviços centrais para a zona de Miraflores. Não obstante o impacto naturalmente associado a qualquer mudança, espera-se que o mesmo seja minimizado por via da implementação de um rigoroso planeamento e pelo investimento que está em curso no novo espaço de forma a melhorar mesmo as condições de trabalho dos colaboradores.

A loja comercial de Lisboa, que até agora funcionava nas instalações da sede, manterá a sua existência na cidade mas será transferida para outra zona, no caso a Avenida Columbano Bordalo Pinheiro. Também neste caso, houve a preocupação de criar condições para evitar um impacto negativo. Com efeito, aliada à escolha de um local central, o novo espaço possui uma visibilidade bastante boa e será dotado de condições e equipamentos em linha com o mais moderno que o Grupo MAPFRE dispõe, permitindo prestar um serviço aos clientes inclusivamente melhor do que atualmente.

Assim, a modo de resumo, podemos afirmar que os próximos anos, e em especial o de 2019, continuarão a ser desafiantes, mas estamos otimistas quanto a um desenvolvimento crescente e rentável da atividade e da presença da MAPFRE em Portugal.

4. Agradecimentos

Como habitualmente, queremos reconhecer o contributo das mais diversas pessoas e entidades, sem o qual não teria sido possível apresentar um panorama tão positivo da nossa atividade.

Desde logo, destacamos os clientes que nos confiaram a sua proteção.

Mas também a rede de mediação, que constituiu um elo de ligação fundamental com os clientes, e os empregados que com a sua dedicação e profissionalismo foram nucleares na prestação do serviço, bem como os fornecedores que nos disponibilizaram soluções especializadas para o desenvolvimento da nossa atividade.

Deixamos também uma menção ao importante papel dos órgãos de fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal – pela sua colaboração construtiva.

Por fim, um especial agradecimento à Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores pela colaboração prestada no âmbito de atuação de cada uma.



5. Aplicação de Resultados

Propomos que o resultado líquido do exercício, positivo no montante total de 12.029.451,30 euros seja destinado ao reforço dos fundos próprios, sendo aplicado da seguinte forma:

- 1.202.945,13 € em Reserva Legal;
- 10.826.506,17 € em Reservas Livres.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador-Delegado)

Andrés Jiménez Herradón
(Vogal)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Antonio Nuñez Tovar
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva



3

Contas Anuais 2018



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2018			Exercício anterior (2017)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.470.507,82		6.470.507,82	6.233.797,97
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	21.000.000,00
5	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	152.430.294,95		152.430.294,95	134.790.246,25
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
7	Terrenos e edifícios	10.706.418,62	4.724.468,37	5.981.950,25	13.084.714,24
	Terrenos e edifícios de uso próprio	9.790.722,54	4.324.569,02	5.466.153,52	12.348.684,98
	Terrenos e edifícios de rendimento	915.696,08	399.899,35	515.796,73	736.029,26
8	Outros ativos tangíveis	3.593.647,40	3.251.019,35	342.628,05	562.261,86
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
9	Outros ativos intangíveis	7.884.501,50	6.736.688,59	1.147.812,91	994.938,77
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	25.090.057,89		25.090.057,89	16.931.723,66
	Provisão para prémios não adquiridos	6.782.229,63		6.782.229,63	4.067.285,82
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	18.307.828,26		18.307.828,26	12.864.437,84
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	204.002,18		204.002,18	238.594,23
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13.516.887,90	1.329.049,83	12.187.838,07	11.733.026,78
	Contas a receber por operações de seguro direto	8.801.722,90	1.326.492,47	7.475.230,43	9.090.005,05
	Contas a receber por operações de resseguro	43.916,33		43.916,33	245.009,55
	Contas a receber por outras operações	4.671.248,67	2.557,36	4.668.691,31	2.398.012,18
12	Ativos por impostos e taxas	408.026,64		408.026,64	524.360,57
	Ativos por impostos correntes	408.026,64		408.026,64	524.360,57
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	102.293,48		102.293,48	0,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
Total Ativo		241.406.638,38	16.041.226,14	225.365.412,24	206.093.664,33

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira Passivo e Capital Próprio	Exercício 2018	Exercício anterior (2017)
	Passivo		
14	Provisões técnicas	132.621.331,68	124.311.774,31
	Provisão para prémios não adquiridos	23.556.854,05	19.834.726,51
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	105.410.615,69	100.246.872,85
	De vida		
	De acidentes de trabalho	52.918.424,30	52.774.310,97
	De outros ramos	52.492.191,39	47.472.561,88
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.886.110,61	2.759.549,35
	Provisão para riscos em curso	767.751,33	1.470.625,60
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	11.057,79	16.677,02
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	11.057,79	16.677,02
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	186.637,09	211.151,08
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.082.013,20	8.181.527,99
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.461.783,21	5.568.971,38
	Contas a pagar por operações de resseguro	1.602.122,06	1.760.092,64
	Contas a pagar por outras operações	1.018.107,93	852.463,97
12	Passivos por impostos	7.197.550,88	4.452.878,88
	Passivos por impostos correntes	4.369.548,24	2.785.127,09
	Passivos por impostos diferidos	2.828.002,64	1.667.751,79
17	Acréscimos e diferimentos	3.678.651,40	4.419.474,52
18	Outras provisões	373.787,09	80.659,30
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total Passivo	150.151.029,13	141.674.143,10
19	Capital Próprio		
	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
20	Reservas de reavaliação	14.112.664,03	15.418.666,02
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	14.112.664,03	15.418.666,02
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(3.175.349,40)	(3.237.919,86)
	Outras reservas	19.138.967,18	24.455.666,77
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	12.029.451,30	(5.325.541,70)
	Total Capital Próprio	75.214.383,11	64.419.521,23
	Total Passivo e Capital Próprio	225.365.412,24	206.093.664,33

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2018			Exercício anterior (2017)	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
21	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		69.272.053,24		69.272.053,24	76.988.132,06
	Prémios brutos emitidos		96.193.199,85		96.193.199,85	95.282.686,99
	Prémios de resseguro cedido		25.778.965,82		25.778.965,82	18.709.086,81
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		3.928.343,55		3.928.343,55	(204.435,94)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		2.786.162,76		2.786.162,76	210.095,94
	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexos 4.1. e 4.2.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		46.970.935,69		46.970.935,69	63.891.524,97
	Montantes pagos		49.454.242,24		49.454.242,24	57.599.550,77
22	Montantes brutos		57.935.259,11		57.935.259,11	67.248.453,27
	Parte dos resseguradores		8.481.016,87		8.481.016,87	9.648.902,50
	Provisão para sinistros (variação)		(2.483.306,55)		(2.483.306,55)	6.291.974,20
Anexos 3.1. e 3.2.	Montante bruto		2.960.083,87		2.960.083,87	5.123.069,01
	Parte dos resseguradores		5.443.390,42		5.443.390,42	(1.168.905,19)
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		(576.313,01)		(576.313,01)	(333.514,96)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos		21.080.163,63		21.080.163,63	22.412.889,53
25	Custos de aquisição		19.939.005,87		19.939.005,87	21.583.321,12
14	Custos de aquisição diferidos (variação)		(206.216,01)		(206.216,01)	(1.019.468,06)
	Gastos administrativos		4.070.041,34		4.070.041,34	4.590.039,99
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.722.667,57		2.722.667,57	2.741.003,52
28	Rendimentos		3.969.520,50	0,00	3.969.520,50	4.037.767,78
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3.927.368,50		3.927.368,50	3.957.009,32
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		42.152,00		42.152,00	80.758,46
29	Gastos financeiros		1.860.585,71	0,00	1.860.585,71	1.289.154,43
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		401.177,92		401.177,92	399.286,19
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		1.459.407,79	0,00	1.459.407,79	889.868,24

(continua)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2018				Exercício anterior (2017)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		11.086.698,42	0,00	11.086.698,42	1.452.185,21
	De ativos disponíveis para venda		639.772,11		639.772,11	1.452.185,21
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros		10.446.926,31		10.446.926,31	0,00
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	(10.568,63)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	(10.568,63)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		320.510,86	0,00	320.510,86	8.880,83
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		320.510,86		320.510,86	8.880,83
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(165.229,26)		(165.229,26)	(16.461,65)
34	Outras provisões (variação)			(714.131,89)	(714.131,89)	423.296,25
35	Outros rendimentos/gastos			148.425,77	148.425,77	(689.854,88)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado Líquido antes de Impostos		14.507.160,02	862.557,66	15.369.717,68	(5.931.031,16)
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2.117.445,07	2.117.445,07	280.513,15
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			1.222.821,31	1.222.821,31	(886.002,61)
	Resultado Líquido do Exercício		14.507.160,02	(2.477.708,72)	12.029.451,30	(5.325.541,70)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio 2018	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Balço em 31 de dezembro 2017 (balço de abertura)	33.108.650,00	15.418.666,02	(3.237.919,86)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.272.251,87	(5.325.541,70)	64.419.521,23
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	15.418.666,02	(3.237.919,86)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.272.251,87	(5.325.541,70)	64.419.521,23
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.306.001,99)	62.570,46					(1.243.431,53)
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						(5.325.541,70)	5.325.541,70	0,00
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						8.842,11		8.842,11
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.306.001,99)	62.570,46	0,00	0,00	(5.316.699,59)	5.325.541,70	(1.234.589,42)
	Resultado líquido do exercício							12.029.451,30	12.029.451,30
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balço em 31 de dezembro 2018	33.108.650,00	14.112.664,03	(3.175.349,40)	4.203.866,86	2.979.548,04	11.955.552,28	12.029.451,30	75.214.383,11

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio 2017	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Balanco em 31 de dezembro 2016 (balanco de abertura)	33.108.650,00	16.500.906,24	(3.712.703,91)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	(537.414,21)	70.336.863,26
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balanco de abertura alterado	33.108.650,00	16.500.906,24	(3.712.703,91)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	(537.414,21)	70.336.863,26
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.082.240,22)	474.784,05					(607.456,17)
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						(537.414,21)	537.414,21	0,00
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						15.655,84		15.655,84
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.082.240,22)	474.784,05	0,00	0,00	(521.758,37)	537.414,21	(591.800,33)
	Resultado líquido do exercício							(5.325.541,70)	(5.325.541,70)
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balanco em 31 de dezembro 2017	33.108.650,00	15.418.666,02	(3.237.919,86)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.272.251,87	(5.325.541,70)	64.419.521,23

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral	Exercício 2018				Exercício anterior (2017)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		(1.243.431,53)		(1.243.431,53)	(607.456,17)
20	Variação da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		(1.306.001,99)		(1.306.001,99)	(1.082.240,22)
	Impostos correntes e diferidos		62.570,46		62.570,46	474.784,05
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		8.842,11		8.842,11	15.655,84
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		8.842,11		8.842,11	15.655,84
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(1.234.589,42)		(1.234.589,42)	(591.800,33)
	Resultado Líquido do Exercício		14.507.160,02	(2.477.708,72)	12.029.451,30	(5.325.541,70)
	Total do Rendimento Integral do Exercício		13.272.570,60	(2.477.708,72)	10.794.861,88	(5.917.342,03)

Notas do anexo	Fluxo de Caixa	Exercício 2018	Exercício anterior (2017)
Atividades operacionais			
	Prémios recebidos *	109.765.449,50	108.229.592,86
	Sinistros pagos	(50.391.178,50)	(59.487.580,83)
	Pagamentos comissões	(9.072.699,39)	(8.513.435,53)
	Entradas resseguro	1.098.191,16	4.064.571,59
	Saídas resseguro	(17.698.311,30)	(12.383.223,54)
	Entradas cosseguro	2.151.536,78	2.784.043,75
	Saídas cosseguro	(2.602.502,49)	(2.669.922,37)
	Outros recebimentos	1.161.797,50	1.006.374,47
	Outros pagamentos	(35.286.314,30)	(35.368.215,41)
	Imposto sobre o rendimento	(325.650,54)	(358.931,44)
	Total fluxos operacionais	(1.199.681,58)	(2.696.726,45)
Atividades de investimento			
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	16.225.007,44	(770.282,88)
	Aquisições de rendas recebidas	42.152,00	48.056,00
	Títulos de dívida – compras	(36.973.512,70)	(57.031.887,49)
	Títulos de dívida – vendas	19.827.394,93	61.285.163,72
	Instrumentos capital e UP – compras	(7.339.286,84)	(11.772.291,27)
	Instrumentos capital e UP – vendas	5.760.904,20	13.309.106,39
	Juros recebidos	3.480.920,31	3.257.929,01
	Dividendos recebidos	412.812,09	382.619,93
	Total fluxos investimento	1.436.391,43	8.708.413,41
	Atividades de financiamento	0,00	0,00
	Pagamento de juros	0,00	0,00
	Total fluxos financiamento	0,00	0,00
	Efeito cambial	0,00	(189,09)
	Aumento de caixa	236.709,85	6.011.497,87
	Caixa no início	6.233.797,97	222.300,10
3	Caixa no fim	6.470.507,82	6.233.797,97

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.

4 Notas às Demonstrações Financeiras

Índice

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

1. Informações Gerais	34	26. Gastos com o Pessoal	74
2. Políticas Contabilísticas	35	27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	74
3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	47	28. Rendimentos	81
4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	47	29. Gastos Financeiros	82
5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação	48	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	82
6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	49	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	83
7. Terrenos e Edifícios	53	32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	83
8. Outros Ativos Tangíveis	57	33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	84
9. Outros Ativos Intangíveis	58	34. Ajustamentos e Outras Provisões (variação)	84
10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	59	35. Outros Rendimentos e Gastos	84
11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	60		
12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	61		
13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	63	36. Relato por Segmentos	85
14. Provisões Técnicas	64	37. Entidades Relacionadas	88
15. Outros Passivos Financeiros	66	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	92
16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	66	39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	101
17. Acréscimos e Diferimentos	67	40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	106
18. Outras Provisões	67	41. Elementos Extrapatrimoniais	109
19. Capital	68	42. Acontecimentos após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	109
20. Reservas	69	43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	109
21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	70	O Conselho de Administração	113
22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	70		
23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	71		
24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	71		
25. Custos de Aquisição	73		

1. Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura, a 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e iniciou a sua atividade a 1 de abril de 1998.

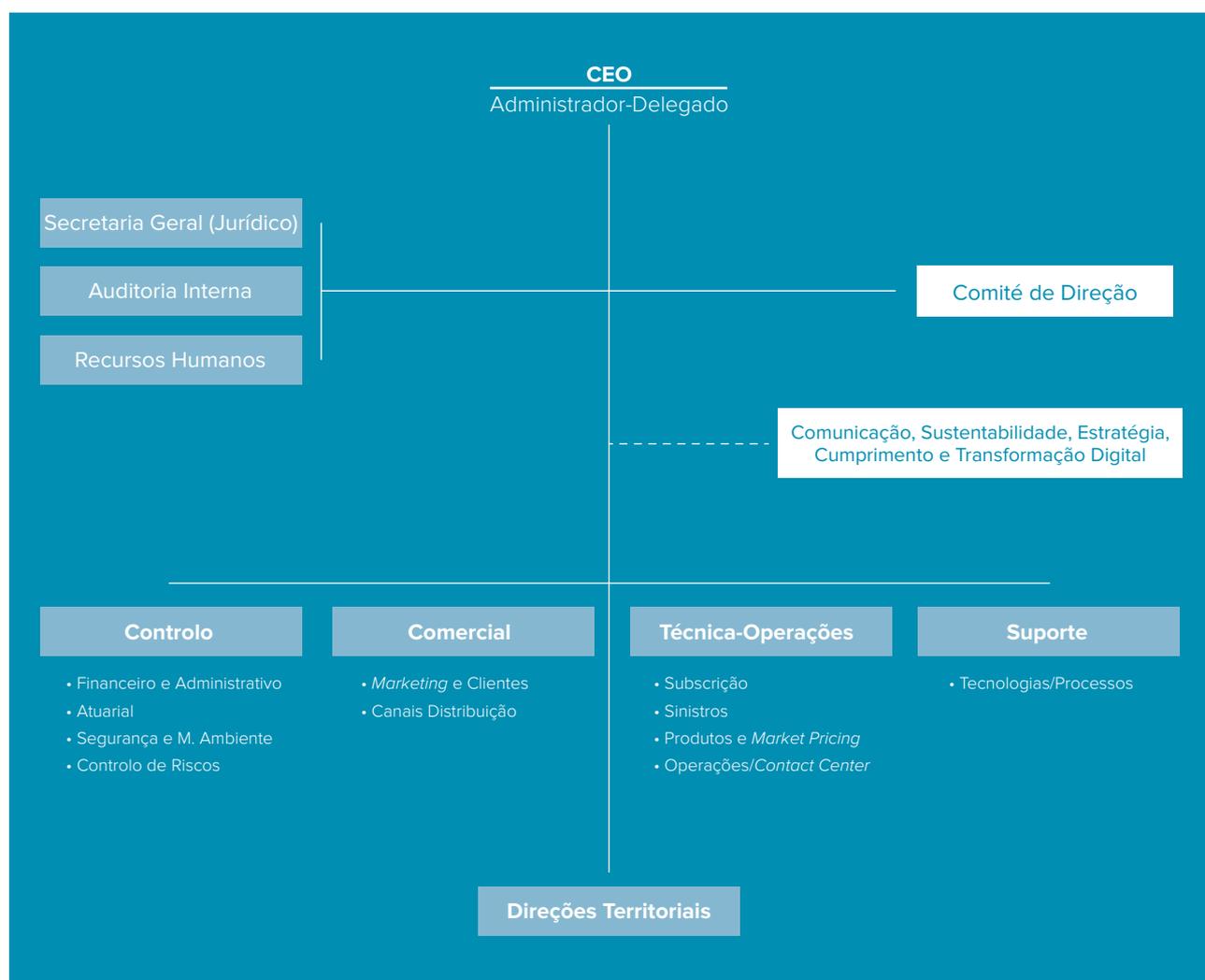
A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama abaixo.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2018, prémios aproximadamente de 96 milhões

de euros, que representa um aumento de 1,0% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 20%, Autos 46%, Incêndio e Outros Danos 24% e os restantes 10% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2018, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na redução sustentada do rácio combinado.



2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a International Accounting Standard (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2022. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

No exercício de 2018, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

“

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação (carteira desreconhecida no exercício de 2017) e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de março de 2019.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registrados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controle de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Ativos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de negociação.

De referir que, à data do exercício de 2017 e durante o ano de 2018, não existiram ativos financeiros detidos para negociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros detidos para negociação

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

De ativos financeiros disponíveis para venda
Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda".

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "*um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo*", a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2018 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros Ativos Tangíveis	N.º Anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8



Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 € são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos. Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.



A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia.

2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais.

Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.13. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.14. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.15. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar



n.º 3/2018-R, de 29 de março emitida pela ASF, utilizando o método *pro-rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral,



Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação
A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita

à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base na tabela de mortalidade 75% PERM/F-2000 G com uma taxa de juro de 3,77% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 5,56% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,44% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 5,56% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,5%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

2.16. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos;
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 24 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.17. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50.ª e 51.ª, bem como Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.ª do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valorização atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de:

- (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e;
- (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro-rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.18. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados

como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.19. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.17. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego - planos de benefício definido - concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

d) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa

e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

f) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

Euros		
Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem	2018	2017
Caixa e equivalentes	12.134,51	43.630,40
Depósitos à ordem	6.458.373,31	6.190.167,57
Total	6.470.507,82	6.233.797,97

4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Euros		
Entidade	2018	2017
ATIVO		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
Total	21.000.000,00	21.000.000,00



No quadro abaixo apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Euros		
Entidade	2018	2017
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	345.825.516,48	358.450.063,52
Total dos passivos	306.370.452,92	319.449.769,34
Produção seguro direto	39.285.645,06	45.472.139,35
Resultados	1.711.592,59	1.661.163,76

4.1. Participação na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua Atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 €, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 €.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

4.2. Partes de capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada não foram identificados indícios de imparidade.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros detidos para negociação” foram constituídos por títulos de dívida de outros emissores não afetos às provisões técnicas.

À data do exercício de 2017 e durante o ano de 2018, não existiram ativos financeiros detidos para negociação.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais, encontra-se nos quadros seguintes:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>			
	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Outros Depósitos	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições (a valor aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas (a valor venda)	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsos (a valor reembolso)	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição do justo valor (reserva de reavaliação)	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição do custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição juro decorrido	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>			
	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Outros Depósitos	Total
Saldo inicial	99.524,83	0,00	0,00	99.524,83
Aquisições (a valor aquisição)	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Vendas (a valor venda)	(389.604,17)	0,00	0,00	(389.604,17)
Reembolsos (a valor reembolso)	(109.000,00)	0,00	0,00	(109.000,00)
Varição do justo valor (reserva de reavaliação)	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	(10.568,63)	0,00	0,00	(10.568,63)
Varição do custo amortizado	9.647,97	0,00	0,00	9.647,97
Varição juro decorrido	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se nos quadros seguintes:

Euros

<i>Rubrica</i>	2018			
	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Outros Depósitos	Total
Saldo inicial	114.751.132,75	20.039.113,50	0,00	134.790.246,25
Aquisições (a valor aquisição)	38.195.304,70	7.335.752,97	0,00	45.531.057,67
Vendas (a valor venda)	(17.155.153,20)	(5.760.893,47)	0,00	(22.916.046,67)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.050.000,00)	0,00	0,00	(4.050.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	668.230,64	(1.974.232,63)	0,00	(1.306.001,99)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	214.319,38	425.452,73		639.772,11
Variação do custo amortizado	(249.745,86)	0,00	0,00	(249.745,86)
Variação juro decorrido	(8.986,56)	0,00	0,00	(8.986,56)
Saldo final	132.365.101,85	20.065.193,10	0,00	152.430.294,95

Euros

<i>Rubrica</i>	2017			
	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Outros Depósitos	Total
Saldo inicial	119.485.375,95	20.737.964,06	0,00	140.223.340,01
Aquisições (a valor aquisição)	56.246.202,35	11.770.338,54	0,00	68.016.540,89
Vendas (a valor venda)	(55.662.500,17)	(13.308.925,26)	0,00	(68.971.425,43)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.540.000,00)	0,00	0,00	(4.540.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	(749.171,10)	(333.069,12)	0,00	(1.082.240,22)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	279.379,93	1.172.805,28		1.452.185,21
Variação do custo amortizado	(260.358,59)	0,00	0,00	(260.358,59)
Variação juro decorrido	(47.795,62)	0,00	0,00	(47.795,62)
Saldo final	114.751.132,75	20.039.113,50	0,00	134.790.246,25

Apresenta-se, nos quadros abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

<i>Tipo de Ativo</i>	2018					
	Valor Contabilístico					
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	136.961.123,52	(231.622,33)	14.112.664,03	1.588.129,73	0,00	152.430.294,95
Ações	13.669.804,91	0,00	(48.630,95)	0,00	0,00	13.621.173,96
Unidades participação	6.499.732,49	0,00	(55.713,35)	0,00	0,00	6.444.019,14
Títulos de dívida pública	81.747.568,44	4.239,97	13.528.181,86	1.222.484,75	0,00	96.502.475,02
Títulos de outros emissores públicos	3.743.556,20	(20.056,44)	313.972,84	102.931,79	0,00	4.140.404,39
Títulos de outros emissores	31.300.461,48	(215.805,86)	374.853,63	262.713,19	0,00	31.722.222,44
Total	136.961.123,52	(231.622,33)	14.112.664,03	1.588.129,73	0,00	152.430.294,95

Euros

<i>Tipo de Ativo</i>	2017					
	Valor Contabilístico					
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	117.777.836,49	(3.372,55)	15.418.666,02	1.597.116,29	0,00	134.790.246,25
Ações	10.359.252,87	0,00	1.839.022,16	0,00	0,00	12.198.275,03
Unidades participação	7.809.972,30	0,00	30.866,17	0,00	0,00	7.840.838,47
Títulos de dívida pública	60.622.607,69	135.534,96	11.842.988,87	1.114.023,98	0,00	73.715.155,50
Títulos de outros emissores públicos	7.383.567,20	5.510,41	477.814,51	162.871,51	0,00	8.029.763,63
Títulos de outros emissores	31.602.436,43	(144.417,92)	1.227.974,31	320.220,80	0,00	33.006.213,62
Total	117.777.836,49	(3.372,55)	15.418.666,02	1.597.116,29	0,00	134.790.246,25

No Anexo 1.1 das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

6.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”.

Contudo, no exercício de 2018, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da “Bloomberg” obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtêm-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 4.180.175,79 €, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V.
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A.
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V.
XS0460658676	NATWEST MARKETS PLC
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”. No entanto, no exercício de 2018 houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 1.042.686,37 €, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PROG FCR
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A
LU1857396607	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND
LU1857396789	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando, maioritariamente, parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>			
	Justo Valor – Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	13.621.173,96	0,00	0,00	13.621.173,96
Unidades de participação	5.401.332,77	0,00	1.042.686,37	6.444.019,14
Títulos de dívida pública	96.502.475,02	0,00	0,00	96.502.475,02
Títulos de outros emissores públicos	4.140.404,39	0,00	0,00	4.140.404,39
Títulos de outros emissores	27.542.046,65	4.180.175,79	0,00	31.722.222,44
Total	147.207.432,79	4.180.175,79	1.042.686,37	152.430.294,95

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2017</i>			
	Justo Valor – Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	12.198.275,03	0,00	0,00	12.198.275,03
Unidades de participação	7.602.500,01	0,00	238.338,46	7.840.838,47
Títulos de dívida pública	73.715.155,50	0,00	0,00	73.715.155,50
Títulos de outros emissores públicos	8.029.763,63	0,00	0,00	8.029.763,63
Títulos de outros emissores	29.691.479,96	3.314.733,66	0,00	33.006.213,62
Total	131.237.174,13	3.314.733,66	238.338,46	134.790.246,25

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2018.

7. Terrenos e Edifícios

O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, nos quadros abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>		
	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24
Saldo final	10.706.418,62	4.724.468,37	5.981.950,25

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>		
	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42
Saldo final	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24

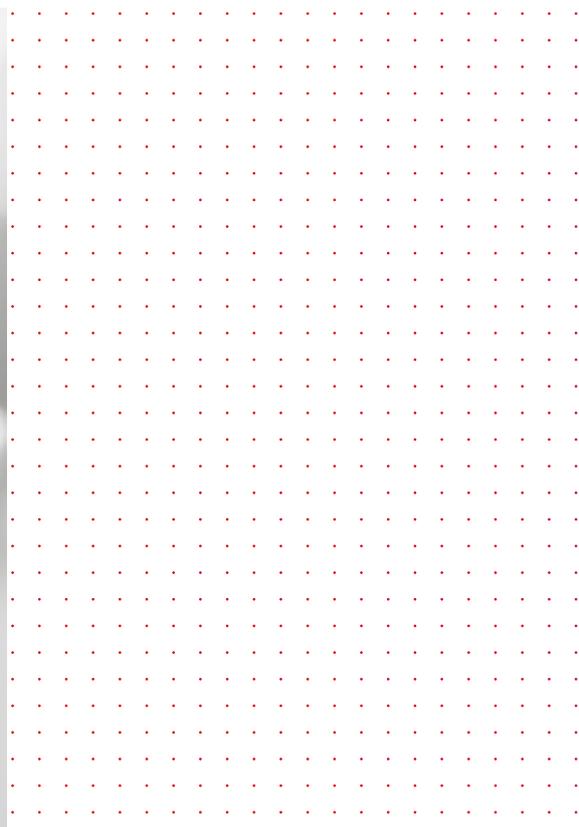
Demonstra-se, nos quadros seguintes, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2018 e 2017:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>		<i>Total</i>
	<i>De uso próprio</i>	<i>De rendimento</i>	
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.808.934,14	1.260.027,59	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	(9.362.543,11)	0,00	(9.362.543,11)
Transferências	344.331,51	(344.331,51)	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	5.211.515,04	391.714,80	5.603.229,84
Depreciações	198.220,17	13.459,27	211.679,44
Alienações	(2.634.204,30)	0,00	(2.634.204,30)
Transferências	117.977,04	(117.977,04)	0,00
Saldo final	2.893.507,95	287.197,03	3.180.704,98
Imparidades			
Saldo inicial	1.248.734,12	132.283,53	1.381.017,65
Movimento do ano	256.008,70	64.502,16	320.510,86
Alienações	(157.765,12)	0,00	(157.765,12)
Transferências	84.083,37	(84.083,37)	0,00
Saldo final	1.431.061,07	112.702,32	1.543.763,39
Valor líquido			
Saldo inicial	12.348.684,98	736.029,26	13.084.714,24
Saldo final	5.466.153,52	515.796,73	5.981.950,25



<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>		
	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	(188.999,63)	188.999,63	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.808.934,14	1.260.027,59	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.995.653,95	319.582,54	5.315.236,49
Depreciações	272.501,57	15.491,78	287.993,35
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	(56.640,48)	56.640,48	0,00
Saldo final	5.211.515,04	391.714,80	5.603.229,84
Imparidades			
Saldo inicial	1.239.853,29	132.283,53	1.372.136,82
Movimento do ano	8.880,83	0,00	8.880,83
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.248.734,12	132.283,53	1.381.017,65
Valor líquido			
Saldo inicial	12.762.426,53	619.161,89	13.381.588,42
Saldo final	12.348.684,98	736.029,26	13.084.714,24



O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Durante o exercício de 2018 ocorreram quatro alienações de imóveis, nomeadamente da sede social da empresa, que geraram um ganho líquido de 10.446.926,31 €.

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>			
	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e Edifícios				
De uso próprio	9.790.722,54	4.324.569,02	5.466.153,52	6.596.980,00
De rendimento	915.696,08	399.899,35	515.796,73	838.900,00
Total	10.706.418,62	4.724.468,37	5.981.950,25	7.435.880,00

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>			
	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e Edifícios				
De uso próprio	18.808.934,14	6.460.249,16	12.348.684,98	16.272.186,00
De rendimento	1.260.027,59	523.998,33	736.029,26	947.584,00
Total	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24	17.219.770,00

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>	
	Rendimentos de rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui Reparações e Manutenções)
Terrenos e Edifícios		
De uso próprio	0,00	107.012,98
De rendimento	42.152,00	3.695,85
Total	42.152,00	110.708,83

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>	
	Rendimentos de rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui Reparações e Manutenções)
Terrenos e Edifícios		
De uso próprio	0,00	61.671,54
De rendimento	48.056,00	3.695,85
Total	48.056,00	65.367,39

À data de 31 de dezembro de 2018, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2018, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2018, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

8. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos quadros seguintes:

Euros

<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	2018							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício		
Equipamento								
Equipamento administrativo	86.912,21	19.988,61	0,00	0,00	27.160,38	36.809,54	42.930,90	
Máquinas e ferramentas	78.915,77	25.734,97	0,00	0,00	5.669,19	18.293,58	80.687,97	
Equipamento informático	15.152,77	0,00	0,00	0,00	645,06	8.228,22	6.279,49	
Instalações interiores	270.262,63	18.265,50	0,00	0,00	100.761,73	45.991,21	141.775,19	
Outro equipamento	67.130,90	20.442,48	0,00	0,00	7.111,37	15.577,53	64.884,48	
Outros ativos tangíveis	37.817,56	0,00	0,00	0,00	0,00	37.817,56	(,00)	
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02	
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	562.261,86	84.431,56	0,00	0,00	141.347,73	162.717,64	342.628,05	

Euros

<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	2017							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício		
Equipamento								
Equipamento administrativo	73.621,17	37.891,64	0,00	0,00	0,00	24.600,60	86.912,21	
Máquinas e ferramentas	74.922,40	19.800,69	0,00	0,00	0,00	15.807,32	78.915,77	
Equipamento informático	17.710,84	11.629,88	0,00	0,00	0,00	14.187,95	15.152,77	
Instalações interiores	317.037,81	3.505,50	0,00	0,00	0,00	50.280,68	270.262,63	
Outro equipamento	62.556,66	18.403,45	0,00	0,00	0,00	13.829,21	67.130,90	
Outros ativos tangíveis	79.073,06	0,00	0,00	0,00	0,00	41.255,50	37.817,56	
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02	
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	630.991,96	91.231,16	0,00	0,00	0,00	159.961,26	562.261,86	

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” (exceto terrenos e edifícios) em imparidade ou cedido.

9. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos quadros seguintes:

Euros

<i>Outros Ativos Intangíveis</i>	<i>2018</i>						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	422.745,92	0,00	440.505,22	0,00	0,00	424.477,49	438.773,65
Ativos Intangíveis em curso	572.192,85	586.078,48	(440.505,22)	0,00	8.726,85	0,00	709.039,26
Total	994.938,77	586.078,48	0,00	0,00	8.726,85	424.477,49	1.147.812,91

Euros

<i>Outros Ativos Intangíveis</i>	<i>2017</i>						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	466.077,03	0,00	424.545,35	0,00	0,00	467.876,46	422.745,92
Ativos Intangíveis em curso	1.367.479,67	280.514,82	(424.545,35)	0,00	651.256,29	0,00	572.192,85
Total	1.833.556,70	280.514,82	0,00	0,00	651.256,29	467.876,46	994.938,77

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.

10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

<i>Provisões Técnicas – Resseg. Cedido</i>	2018			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	4.067.285,82	2.714.943,81	0,00	6.782.229,63
Prémios não adquiridos	4.859.990,02	2.786.162,76	0,00	7.646.152,78
Custos de aquisição diferidos	(792.704,20)	(71.218,95)	0,00	(863.923,15)
Provisão para sinistros	12.864.437,84	14.548.905,26	9.105.514,84	18.307.828,26
Prestações	12.431.516,69	13.969.149,37	8.481.016,87	17.919.649,19
IBNR	469.946,30	495.451,71	76.331,21	889.066,80
IBNER	(37.025,15)	84.304,18	548.166,76	(500.887,73)
Total	16.931.723,66	17.263.849,07	9.105.514,84	25.090.057,89

Euros

<i>Provisões Técnicas – Resseg. Cedido</i>	2017			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	3.996.933,88	70.351,94	0,00	4.067.285,82
Prémios não adquiridos	4.649.894,08	210.095,94	0,00	4.859.990,02
Custos de aquisição diferidos	(652.960,20)	(139.744,00)	0,00	(792.704,20)
Provisão para sinistros	14.033.343,03	9.060.659,17	10.229.564,36	12.864.437,84
Prestações	13.390.821,41	8.689.597,78	9.648.902,50	12.431.516,69
IBNR	408.005,47	159.716,80	97.775,97	469.946,30
IBNER	234.516,15	211.344,59	482.885,89	(37.025,15)
Total	18.030.276,91	9.131.011,11	10.229.564,36	16.931.723,66

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>		
	Ativo bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	8.801.722,90	1.326.492,47	7.475.230,43
Tomadores de seguros	7.727.002,45	1.278.550,21	6.448.452,24
Mediadores	321.669,05	47.942,26	273.726,79
Cosseguradoras	753.051,40	0,00	753.051,40
Contas a receber por operações de resseguro	43.916,33	0,00	43.916,33
Contas a receber por outras operações	4.671.248,67	2.557,36	4.668.691,31
Empréstimos ao pessoal	632.459,79	0,00	632.459,79
Outras operações com pessoal	150.354,89	0,00	150.354,89
FAT Atualizações/alterações	50.770,98	0,00	50.770,98
Empresas do grupo – conta corrente	558.572,89	0,00	558.572,89
IDS - conta corrente	624.688,50	0,00	624.688,50
Garantias e cauções	260.739,86	0,00	260.739,86
Outros devedores	2.393.661,76	2.557,36	2.391.104,40
Total	13.516.887,90	1.329.049,83	12.187.838,07

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>		
	Ativo bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	11.130.629,41	2.040.624,36	9.090.005,05
Tomadores de seguros	8.472.661,73	1.991.359,57	6.481.302,16
Mediadores	403.163,05	49.264,79	353.898,26
Cosseguradoras	2.254.804,63	0,00	2.254.804,63
Contas a receber por operações de resseguro	245.009,55	0,00	245.009,55
Contas a receber por outras operações	2.400.569,54	2.557,36	2.398.012,18
Empréstimos ao pessoal	703.887,15	0,00	703.887,15
Outras operações com pessoal	79.287,71	0,00	79.287,71
FAT Atualizações/alterações	45.503,76	0,00	45.503,76
Empresas do grupo – conta corrente	605.549,01	0,00	605.549,01
IDS - conta corrente	711.689,38	0,00	711.689,38
Garantias e cauções	110.234,17	0,00	110.234,17
Outros devedores	144.418,36	2.557,36	141.861,00
Total	13.776.208,50	2.043.181,72	11.733.026,78

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resulta da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

A partir de 2018, em Outros devedores, estão reconhecidos os saldos a recuperar de congéneres relativo aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.990.800,92	0,00	712.250,71	1.278.550,21
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	558,65	0,00
De mediadores	49.264,79	0,00	1.322,53	47.942,26
De outros devedores	2.557,36	0,00	0,00	2.557,36
Total	2.043.181,72	0,00	714.131,89	1.329.049,83

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.567.414,31	423.386,61	0,00	1.990.800,92
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	0,00	558,65
De mediadores	49.355,15	0,00	90,36	49.264,79
De outros devedores	2.557,36	0,00	0,00	2.557,36
Total	1.619.885,47	423.386,61	90,36	2.043.181,72

12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Ativos por impostos e taxas	408.026,64	524.360,57
Ativos por impostos (e taxas) correntes	408.026,64	524.360,57
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	7.197.550,88	4.452.878,88
Passivos por impostos (e taxas) correntes	4.369.548,24	2.785.127,09
Passivos por impostos diferidos	2.828.002,64	1.667.751,79

12.1 Impostos correntes

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Euros

<i>Demonstração do Gasto por Imposto</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Resultado antes de imposto	15.369.717,68	(5.931.031,16)
21% do resultado antes de impostos	3.227.640,71	(1.245.516,54)
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	7.711,05	9.056,25
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	3.886,71	252.466,15
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	96.990,30	1.864,97
Créditos incobráveis não aceites como gastos	117,32	0,00
Realizações de utilidade social não dedutíveis	3.973,24	0,00
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	0,00	33.158,33
Impostos diferidos	0,00	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	413,73	305,00
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00	0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	4.090,40	2.418,26
Menos-valias contabilísticas	0,00	193.020,79
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	0,00	337.852,15
Donativos não previstos ou além dos limites legais	63,00	1.050,00
Custos extraordinários	51.028,99	215.488,36
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	(2.183,11)	0,00
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(204.902,87)	0,00
Reversão de provisões tributadas	(12.338,21)	(18,98)
Reversão de perdas por imparidade tributadas	0,00	(10.481,90)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	(3.037,67)	0,00
Mais-valias contabilísticas	0,00	(495.913,88)
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais	(461.782,89)	0,00
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(48.784,14)	(59.819,00)
Benefícios Fiscais	(8.978,97)	(16.267,39)
Ganhos Extraordinários	(159,03)	(4.884,49)
Dedução de prejuízos fiscais	(1.280.895,67)	0,00
Gasto por imposto IRC	1.372.852,89	(786.221,92)
Derrama	623.752,77	0,00
Tributação autónoma	120.839,41	280.513,15
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	0,00	786.221,92
Total de gasto por imposto corrente	2.117.445,07	280.513,15
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	(212.962,05)	(7.565,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	1.904.483,02	272.948,15

12.2 Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Euros

<i>Impostos diferidos</i>	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(3.237.919,86)	0,00	0,00	0,00	62.570,46	(3.175.349,40)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	290.013,71	92.830,21	0,00	(35.497,16)	0,00	347.346,76
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	0,00	0,00	0,00	,00	0,00	0,00
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	1.280.154,36	0,00	0,00	(1.280.154,36)	0,00	0,00
Total	(1.667.751,79)	92.830,21	0,00	(1.315.651,52)	62.570,46	(2.828.002,64)

Euros

<i>Impostos diferidos</i>	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(3.712.703,91)	0,00	0,00	0,00	474.784,05	(3.237.919,86)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	308.730,80	0,00	0,00	(18.717,09)	0,00	290.013,71
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rendimento variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	375.434,66	904.719,70	0,00	0,00	0,00	1.280.154,36
Total	(3.028.538,45)	904.719,70	0,00	(18.717,09)	474.784,05	(1.667.751,79)



13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A afetação de investimentos e outros ativos, do exercício e do exercício anterior, demonstra-se nos quadros seguintes:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>			<i>Total</i>
	<i>Acidentes de Trabalho</i>	<i>Outros Seguros</i>	<i>Não afetos</i>	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	6.470.507,82	0,00	6.470.507,82
Ativos financeiros disponíveis para venda	68.095.966,89	84.334.328,06	0,00	152.430.294,95
Terrenos e edifícios	0,00	5.981.950,25	0,00	5.981.950,25
Outros ativos tangíveis	0,00	342.628,05	0,00	342.628,05
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.228,20	25.088.829,69	0,00	25.090.057,89
Créditos sobre Tomadores de Seguros	613.414,30	5.835.037,94	0,00	6.448.452,24
Outros ativos	398.982,58	5.905.383,73	0,00	6.304.366,31
Total	69.109.591,97	133.958.665,54	0,00	203.068.257,51

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2017</i>			<i>Total</i>
	<i>Acidentes de Trabalho</i>	<i>Outros Seguros</i>	<i>Não afetos</i>	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	6.233.797,97	0,00	6.233.797,97
Ativos financeiros disponíveis para venda	63.103.781,40	71.686.464,85	0,00	134.790.246,25
Terrenos e edifícios	0,00	13.084.714,24	0,00	13.084.714,24
Outros ativos tangíveis	0,00	562.261,86	0,00	562.261,86
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.291,43	16.928.432,23	0,00	16.931.723,66
Créditos sobre Tomadores de Seguros	947.910,68	5.533.391,48	0,00	6.481.302,16
Outros ativos	402.410,76	5.695.739,54	0,00	6.098.150,30
Total	64.457.394,27	119.724.802,17	0,00	184.182.196,44

14. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

2018				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	19.834.726,51	3.722.127,54	0,00	23.556.854,05
Prémios não adquiridos	25.932.876,81	3.928.343,55	0,00	29.861.220,36
Custos de aquisição diferidos	(6.098.150,30)	(206.216,01)	0,00	(6.304.366,31)
Provisão para sinistros	100.246.872,85	63.112.966,80	57.949.223,96	105.410.615,69
– De acidentes de trabalho	52.774.310,97	16.918.361,75	16.774.248,42	52.918.424,30
Provisão Matemática	43.199.722,82	10.680.694,47	9.847.833,38	44.032.583,91
Pensões	35.451.274,64	10.067.979,83	9.548.076,16	35.971.178,31
Assistência vitalícia	3.751.399,16	299.858,49	299.757,22	3.751.500,43
FAT	1.813.933,50	258.180,33	0,00	2.072.113,83
IBNR	2.183.115,52	54.675,82	0,00	2.237.791,34
Outras prestações e custos	8.810.843,44	6.057.259,46	6.926.415,04	7.941.687,86
Outras prestações	3.419.922,44	6.057.259,46	5.238.455,67	4.238.726,23
IBNR	801.307,00	0,00	120.945,46	680.361,54
IBNER	4.589.614,00	0,00	1.567.013,91	3.022.600,09
Custos de gestão de sinistros	763.744,71	180.407,82	0,00	944.152,53
– De outros seguros	47.472.561,88	46.194.605,05	41.174.975,54	52.492.191,39
Prestações e custos	46.184.628,48	46.016.692,60	41.105.512,40	51.095.808,68
Prestações	42.608.013,00	44.990.659,36	39.766.502,34	47.832.170,02
IBNR	2.787.586,08	564.277,20	249.732,48	3.102.130,80
IBNER	789.029,40	461.756,04	1.089.277,58	161.507,86
Custos de gestão de sinistros	1.287.933,40	177.912,45	69.463,14	1.396.382,71
Provisão para desvios de sinistralidade	2.759.549,35	126.561,26	0,00	2.886.110,61
Provisão para riscos em curso	1.470.625,60	105.071,26	807.945,53	767.751,33
Total	124.311.774,31	67.066.726,86	58.757.169,49	132.621.331,68

2017				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	21.058.630,51	(1.019.468,06)	204.435,94	19.834.726,51
Prémios não adquiridos	26.137.312,75	0,00	204.435,94	25.932.876,81
Custos de aquisição diferidos	(5.078.682,24)	(1.019.468,06)	0,00	(6.098.150,30)
Provisão para sinistros	95.123.803,84	71.804.377,92	66.681.308,91	100.246.872,85
– De acidentes de trabalho	46.060.960,32	27.394.075,43	20.680.724,78	52.774.310,97
Provisão Matemática	37.763.668,53	17.531.779,00	12.095.724,71	43.199.722,82
Pensões	31.282.453,60	16.015.161,79	11.846.340,75	35.451.274,64
Assistência vitalícia	3.150.891,84	849.891,28	249.383,96	3.751.399,16
FAT	1.784.468,72	29.464,78	0,00	1.813.933,50
IBNR	1.545.854,37	637.261,15	0,00	2.183.115,52
Outras prestações e custos	7.795.749,21	9.600.094,30	8.585.000,07	8.810.843,44
Outras prestações	3.992.989,21	7.406.742,30	7.979.809,07	3.419.922,44
IBNR	1.406.498,00	0,00	605.191,00	801.307,00
IBNER	2.396.262,00	2.193.352,00	0,00	4.589.614,00
Custos de gestão de sinistros	501.542,58	262.202,13	0,00	763.744,71
– De outros seguros	49.062.843,52	44.410.302,49	46.000.584,13	47.472.561,88
Prestações e custos	47.931.927,62	44.252.010,90	45.999.310,04	46.184.628,48
Prestações	43.343.972,59	43.210.029,56	43.945.989,15	42.608.013,00
IBNR	2.167.265,85	699.932,09	79.611,86	2.787.586,08
IBNER	2.420.689,18	342.049,25	1.973.709,03	789.029,40
Custos de gestão de sinistros	1.130.915,90	158.291,59	1.274,09	1.287.933,40
Provisão para desvios de sinistralidade	2.621.453,24	138.096,11	0,00	2.759.549,35
Provisão para riscos em curso	1.942.236,67	159.480,92	631.091,99	1.470.625,60
Total	120.746.124,26	71.082.486,89	67.516.836,84	124.311.774,31

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1 e 2.2 a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2018 e de 2017, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1 e 3.2 a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

15. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

<i>Conceito</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Depósitos Recebidos de Resseguradores		
Não Vida	11.057,79	16.677,02
Total	11.057,79	16.677,02

16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

<i>Rubrica</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.461.783,21	5.568.971,38
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.431.167,17	1.739.479,21
Mediadores	1.283.979,85	1.456.149,50
Cosseguradoras	614.033,55	2.244.611,15
Outros saldos credores por operações de seguro direto	132.602,64	128.731,52
Contas a pagar por operações de resseguro	1.602.122,06	1.760.092,64
Contas a pagar por outras operações	1.018.107,93	852.463,97
Fornecedores	812.560,63	698.605,48
Outros credores	205.547,30	153.858,49
Total	6.082.013,20	8.181.527,99

17. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

<i>Rubrica</i>	Euros	
	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.310.459,75	1.335.850,50
Subsídio de férias e mês de férias	953.390,18	981.857,06
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	357.069,57	353.993,44
Outros acréscimos de gastos	2.368.191,65	3.083.624,02
Incentivos a mediadores	711.993,73	877.952,50
Trabalhos especializados	145.011,62	167.566,00
Outros acréscimos	1.511.186,30	2.038.105,52
Total	3.678.651,40	4.419.474,52

18. Outras Provisões

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

<i>Rubrica</i>	Euros			
	<i>2018</i>			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Outras Provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	56.872,21	23.787,09
Outras provisões	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
Total	80.659,30	350.000,00	56.872,21	373.787,09

<i>Rubrica</i>	Euros			
	<i>2017</i>			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Outras Provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

A provisão para taxas e impostos diz respeito a um montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGC1 em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 €). A provisão de 350.000,00 € é referente a uma reclamação de créditos por parte de um prestador de serviços, também impugnada pela Companhia.

19. Capital

19.1. Composição do capital

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2018, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de € 4,99 cada, repartido da seguinte forma:

<i>Entidade acionista</i>	<i>2018</i>		<i>2017</i>	
	<i>N.º de ações</i>	<i>Valor</i>	<i>N.º de ações</i>	<i>Valor</i>
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

Euros

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2018, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

No exercício 2018 e 2017, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 37.

No exercício de 2018 não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

19.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Resultado líquido atribuído aos acionistas	12.029.451,30	(5.325.541,70)
Número médio de ações	6.635.000,00	6.635.000,00
Resultado por ação (em euros)	1,81	(0,80)

Euros

19.3. Dividendos por ação

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo, do exercício de 2018, no montante de 12.029.451,30 € (doze milhões vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e um euros e trinta centimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 1.202.945,13 €
- Reserva livre: 10.826.506,17 €

20. Reservas

Nos quadros abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2018 e de 2017 em cada uma das reservas:

Euros

<i>Demonstração das Variações das Reservas</i>	2018			
	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	15.418.666,02	(1.306.001,99)	0,00	14.112.664,03
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.869.888,33	(1.974.232,63)	0,00	(104.344,30)
Títulos de rendimento fixo	13.548.777,69	668.230,64	0,00	14.217.008,33
Reserva por impostos diferidos	(3.237.919,86)	62.570,46	0,00	(3.175.349,40)
Outras reservas	24.455.666,77	(5.316.699,59)	0,00	19.138.967,18
Reserva legal	4.203.866,86	0,00	0,00	4.203.866,86
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	17.272.251,87	(5.316.699,59)	0,00	11.955.552,28
Total	36.636.412,93	(6.560.131,12)	0,00	30.076.281,81

Euros

<i>Demonstração das Variações das Reservas</i>	2017			
	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	16.500.906,24	(1.082.240,22)	0,00	15.418.666,02
Ações/Unid. part. fundos invest.	2.202.957,45	(333.069,12)	0,00	1.869.888,33
Títulos de rendimento fixo	14.297.948,79	(749.171,10)	0,00	13.548.777,69
Reserva por impostos diferidos	(3.712.703,91)	474.784,05	0,00	(3.237.919,86)
Outras reservas	24.977.425,14	(521.758,37)	0,00	24.455.666,77
Reserva legal	4.203.866,86	0,00	0,00	4.203.866,86
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	17.794.010,24	(521.758,37)	0,00	17.272.251,87
Total	37.765.627,47	(1.129.214,54)	0,00	36.636.412,93

21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A Companhia encerrou o exercício de 2018 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 96.193.199,85 €, totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1 a estas Notas.

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	96.193.199,85	95.282.686,99
Prémios de resseguro cedido	25.778.965,82	18.709.086,81
Prémios líquidos de resseguro	70.414.234,03	76.573.600,18
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.928.343,55	(204.435,94)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	2.786.162,76	210.095,94
Prémios não adquiridos (variação)	1.142.180,79	(414.531,88)
Total	69.272.053,24	76.988.132,06

	Euros	
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	96.193.199,85	95.282.686,99
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.928.343,55	(204.435,94)
Prémios brutos adquiridos	92.264.856,30	95.487.122,93
Prémios de resseguro cedido	25.778.965,82	18.709.086,81
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	2.786.162,76	210.095,94
Prémios de resseguro cedido adquiridos	22.992.803,06	18.498.990,87
Total	69.272.053,24	76.988.132,06

22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes Pagos	49.454.242,24	57.599.550,77
Montantes Brutos	57.935.259,11	67.248.453,27
Parte dos resseguradores	8.481.016,87	9.648.902,50
Provisão para sinistros (variação)	(2.483.306,55)	6.291.974,20
Montantes Brutos	2.960.083,87	5.123.069,01
Parte dos resseguradores	5.443.390,42	(1.168.905,19)
Total	46.970.935,69	63.891.524,97

	Euros	
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	60.895.342,98	72.371.522,28
Montantes Pagos	57.935.259,11	67.248.453,27
Provisão para sinistros (variação)	2.960.083,87	5.123.069,01
Custos com sinistros parte dos resseguradores	13.924.407,29	8.479.997,31
Montantes Pagos	8.481.016,87	9.648.902,50
Provisão para sinistros (variação)	5.443.390,42	(1.168.905,19)
Total	46.970.935,69	63.891.524,97

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	126.561,26	0,00	126.561,26	138.096,11	0,00	138.096,11
Provisão para riscos em curso	(702.874,27)	0,00	(702.874,27)	(471.611,07)	0,00	(471.611,07)
Total	(576.313,01)	0,00	(576.313,01)	(333.514,96)	0,00	(333.514,96)

24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2018 e 2017:

Euros

Rubrica	2018	2017
Pessoal	11.178.891,76	12.867.225,14
Viagens e relações públicas	840.088,57	977.197,43
Imóveis	1.777.418,16	1.393.363,24
Informática	2.341.035,32	2.318.957,77
Publicidade	437.014,64	694.457,25
Campanhas comerciais	184.731,64	322.773,62
Serviços profissionais externos	1.399.042,17	1.563.983,26
Outros gastos internos	2.865.156,27	1.970.333,08
Total	21.023.378,53	22.108.290,79

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.



Os honorários faturados nos exercícios de 2018 e de 2017 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

	Euros	
<i>Âmbito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Serviços de revisão legal de contas	40.387,00	38.228,75
Outros serviços	14.000,00	11.000,00
Total	54.387,00	49.228,75

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração, e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas,

ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros

<i>Custos e Gastos por Natureza a Imputar</i>	<i>2018</i>			<i>Total</i>
	<i>Gestão de sinistros</i>	<i>Custos de exploração</i>	<i>Gestão de investimentos</i>	
Custos com pessoal	2.899.108,23	8.051.258,81	228.524,72	11.178.891,76
Fornecimentos e serviços externos	2.205.480,03	4.716.195,88	126.192,73	7.047.868,64
Impostos e taxas	164.866,21	455.765,19	12.962,22	633.593,62
Amortizações do exercício	206.171,41	576.169,67	16.533,49	798.874,57
Outras provisões	99.097,51	189.259,39	4.770,89	293.127,79
Juros suportados	1590,00	439,41	12,52	610,93
Comissões	0,00	0,00	1.070.411,22	1.070.411,22
Total	5.574.882,39	13.989.088,35	1.459.407,79	21.023.378,53

Euros

<i>Custos e Gastos por Natureza a Imputar</i>	<i>2017</i>			<i>Total</i>
	<i>Gestão de sinistros</i>	<i>Custos de exploração</i>	<i>Gestão de investimentos</i>	
Custos com pessoal	3.188.975,62	9.375.196,56	303.052,96	12.867.225,14
Fornecimentos e serviços externos	1.930.158,09	5.184.204,81	130.343,37	7.244.706,27
Impostos e taxas	162.241,79	482.531,01	14.856,92	659.629,72
Amortizações do exercício	224.721,01	670.426,77	20.683,29	915.831,07
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	135,21	390,34	175,48	701,03
Comissões	0,00	0,00	420.197,56	420.197,56
Total	5.506.231,72	15.712.749,49	889.309,58	22.108.290,79

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2018 e 2017, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros

<i>Custos de Aquisição</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custos Imputados	9.919.047,01	11.122.709,50
Comissões de mediação	8.827.093,57	9.373.477,48
Outros	1.192.865,29	1.087.134,14
Total	19.939.005,87	21.583.321,12

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (“Profit Commissions”).

26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2018, era de 238, menos dez do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

<i>Grupo Profissional/Categoria</i>	N.º de trabalhadores
Dirigente	8
Diretor	8
Gestor	18
Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	12
Gestor Técnico	2
Operacional	191
Coordenador Operacional	51
Especialista Operacional	140
Técnico	21
Técnico	21
Total	238

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2018 e 2017, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

<i>Rubrica</i>	2018	2017
Remunerações	8.643.290,55	8.404.944,68
Dos órgãos sociais	115.911,78	65.245,20
Do pessoal	8.527.378,77	8.339.699,48
Encargos sobre remunerações	1.851.099,74	1.985.709,94
Benefícios pós-emprego	126.342,72	105.034,94
Planos de contribuição definida	107.422,55	112.552,77
Planos de benefícios definidos	18.920,17	(7.517,83)
Benefícios de cessação de emprego	53.190,52	1.821.588,61
Seguros obrigatórios	243.848,44	216.126,46
Gastos de ação social	44.853,07	32.183,65
Outros gastos com o pessoal	216.266,72	301.636,86
Total	11.178.891,76	12.867.225,14

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., é composto por oito membros, sendo que quatro dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram

o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009 se mantinha em vigor no que às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária *	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano de 2012, conforme tabela acima
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota;
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano de 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56ª do CCT/2008
 - d. No ano de 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual

a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.º e 51.º, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2018 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2018	2017
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	107.422,55	112.552,77
Total	107.422,55	112.552,77

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 182 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56ª e 57ª do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56ª e 57ª do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2018, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de treze e seis reformados. Sendo que um deles é um colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012 e os restantes doze fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos treze colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * I4 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;
- 0,5 >= 0,022 * t <= 0,8;
- 0,3 >= 0,022 * n <= 0,8.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na Atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices de Capital Diferido a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices “Universal Life” constituídos pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2018				
<i>N.º apólice</i>	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	30.413,36
Total apólices Universal Life				30.413,36
8601791100246	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	0,00
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	19.009,77
Total apólices Universal Life				19.009,77
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	14.771,30
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.007,80
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	49.016,00
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	42.349,71
1001191600008	Rendas vitalícias	2,25%	GRM95-1	1.677,09
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95-1	34.757,15
Total apólices renda vitalícia				154.579,05
Total apólices				204.002,18

2017				
<i>N.º apólice</i>	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	56.576,73
Total apólices Universal Life				56.576,73
8601791100246	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	39.715,77
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	18.868,25
Total apólices capital diferido				58.584,02
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.158,14
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.362,08
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	50.527,26
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	43.649,26
1001191600008	Rendas vitalícias	2,25%	GRM95-1	1.736,74
Total apólices renda vitalícia				123.433,48
Total apólices				238.594,23

d) Responsabilidade passada

Euros

<i>Conceito</i>	2018	2017
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	30.413,38	56.576,74
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	1.644,66	31.140,86
Valor atual serviços passados – reformados	154.579,05	123.433,48
Total	186.637,09	211.151,08

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

<i>Responsabilidades com pessoal no ativo</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor responsabilidades janeiro	87.717,60	188.521,97
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	0,00	(6.495,80)
Custo serviço corrente	1.249,63	2.841,32
Custo dos juros	1.135,98	2.007,29
Resgates	(23.039,70)	(11.930,36)
Ganhos atuariais	(35.005,47)	(87.226,82)
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor responsabilidades dezembro	32.058,04	87.717,60

Euros

<i>Responsabilidade com pensões em pagamento</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor responsabilidades janeiro	123.433,48	127.075,40
Custo dos juros	4.820,51	4.795,51
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	37.972,00	2.589,53
Prestações pagas	(11.646,94)	(11.026,96)
Valor responsabilidades dezembro	154.579,05	123.433,48

Euros

<i>Responsabilidade total com pensões</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor responsabilidades janeiro	211.151,08	315.597,37
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	0,00	(6.495,80)
Custo serviço corrente	1.249,63	2.841,32
Custo dos juros	5.956,49	6.802,80
Resgates	(23.039,70)	(11.930,36)
Ganhos atuariais	(35.005,47)	(87.226,82)
Perdas atuariais	37.972,00	2.589,53
Prestações pagas	(11.646,94)	(11.026,96)
Valor responsabilidades dezembro	186.637,09	211.151,08

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

<i>Apólices universal life</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	56.576,73	134.647,67
Retificação ativos – novos CCT/2008	0,00	(5.087,08)
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	0,00	0,00
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(26.163,36)	(72.983,87)
Valor ativos dezembro	30.413,37	56.576,73

Euros

<i>Apólices universal life</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	58.584,02	58.143,78
Contribuições empresa	0,00	0,00
Resgates	(39.881,15)	0,00
Retorno ativos	306,89	436,08
Ganhos atuariais	0,00	4,16
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor ativos dezembro	19.009,77	58.584,02

Euros

<i>Apólices rendas vitalícias</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	123.433,48	127.075,40
Retorno ativos	4.820,51	4.795,51
Ganhos atuariais	37.972,00	2.589,53
Prestações pagas	(11.646,94)	(11.026,96)
Valor ativos dezembro	154.579,05	123.433,48

Euros

<i>Total de ativos</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Valor ativos janeiro	238.594,23	319.866,85
Retificação ativos – novos CCT/2008	0,00	(5.087,08)
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(26.163,36)	(72.983,87)
Contribuições da empresa	0,00	0,00
Resgates	(39.881,15)	0,00
Retorno ativos	5.127,40	5.231,59
Ganhos atuariais	37.972,00	2.593,69
Perdas atuariais	0,00	0,00
Prestações pagas	(11.646,94)	(11.026,96)
Valor ativos dezembro	204.002,18	238.594,23

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

<i>Gasto reconhecido em resultados</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Custo serviço corrente	1.249,63	2.841,32
Custo dos juros	5.956,49	6.802,80
Retorno ativos	(5.127,40)	(5.231,59)
Pagamentos	16.841,45	(11.930,36)
Total	18.920,17	(7.517,83)

Euros

<i>Gasto reconhecido em capital próprio</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Insuficiência cobertura – novos CCT/2008	0,00	0,00
Excesso cobertura – novos CCT/2008	26.163,36	72.983,87
Ganhos atuariais	(35.005,47)	(87.230,98)
Retificação ativos – novos CCT/2008	0,00	5.087,08
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	0,00	(6.495,80)
Total	(8.842,11)	(15.655,84)

Em capital próprio, no exercício de 2018, foi reconhecido uma perda de 26.163,36 €, resultante da diferença entre o valor dos ativos (apólices “Universal Life”) e o respetivo valor das responsabilidades dos colaboradores que optaram pelo CCT/2008 em 2016.

A Companhia reconheceu, no exercício de 2018, em ganhos e perdas, uma perda de 18.920,17 €.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial “Unit Credit” ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2018 de 2,08%;
- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 1,50% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,50% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 1,50%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 0,60%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no sector segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que,

- P = Prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- $0,3 \geq 0,022 * N \leq 0,8$.

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar dez anos de serviço na Atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,50%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método “Unit Credit”, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2018, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2018.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,49% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2017 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>
Valor das responsabilidades	186.637,09	211.151,08	315.597,37
Valor dos ativos	204.002,18	238.594,23	319.866,85
Excesso/(Insuficiência)	17.365,09	27.443,15	4.269,48
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	(2.966,53)	84.637,29	3.033,47
% sobre responsabilidades	-1,59%	40,08%	0,96%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	37.972,00	2.593,69	2.119,66
% sobre ativos	18,61%	1,09%	0,66%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e rendas de edifícios de rendimento, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

<i>Rendimentos/Réditos</i>	<i>2018</i>			
	Técnicos		Não técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.927.368,50	0,00	0,00	3.927.368,50
de juros de títulos de dívida	3.311.565,66	0,00	0,00	3.311.565,66
de dividendos de ações	464.370,78	0,00	0,00	464.370,78
de rendimento custo amortizado	151.432,06	0,00	0,00	151.432,06
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
de juros de títulos de dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
de rendimento custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00
De outros	0,00	42.152,00	0,00	42.152,00
de rendas de edifícios de rendimento	0,00	42.152,00	0,00	42.152,00
Total	3.927.368,50	42.152,00	0,00	3.969.520,50

Euros

<i>Rendimentos/Réditos</i>	<i>2017</i>			
	Técnicos		Não técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.957.009,32	0,00	0,00	3.957.009,32
de juros de títulos de dívida	3.376.653,07	0,00	0,00	3.376.653,07
de dividendos de ações	441.428,65	0,00	0,00	441.428,65
de rendimento custo amortizado	138.927,60	0,00	0,00	138.927,60
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	32.702,46	32.702,46
de juros de títulos de dívida	0,00	0,00	22.495,83	22.495,83
de rendimento custo amortizado	0,00	0,00	10.206,63	10.206,63
De outros	0,00	48.056,00	0,00	48.056,00
de rendas de edifícios de rendimento	0,00	48.056,00	0,00	48.056,00
Total	3.957.009,32	48.056,00	32.702,46	4.037.767,78

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

<i>Gastos Financeiros</i>	<i>2018</i>		
	<i>Gastos imputados</i>	<i>Gastos diretos</i>	<i>Total</i>
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	1.459.407,79	0,00	1.459.407,79
Gasto custo amortizado	0,00	401.177,92	401.177,92
Total	1.459.407,79	401.177,92	1.860.585,71

Euros

<i>Gastos Financeiros</i>	<i>2017</i>		
	<i>Gastos imputados</i>	<i>Gastos diretos</i>	<i>Total</i>
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	889.309,58	0,00	889.309,58
Gasto custo amortizado	0,00	399.844,85	399.844,85
Total	889.309,58	399.844,85	1.289.154,43

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra nos quadros abaixo:

Euros

<i>Ganhos e Perdas Realizadas</i>	<i>2018</i>		
	<i>Ganhos realizados</i>	<i>Perdas realizadas</i>	<i>Ganho/perda líquido</i>
De ativos disponíveis para venda	757.989,64	118.217,53	639.772,11
de títulos de dívida	262.041,28	47.721,90	214.319,38
de ações	494.357,53	15.311,23	479.046,30
de fundos de investimento	1.590,83	55.184,40	(53.593,57)
De outros	10.452.983,92	6.057,61	10.446.926,31
de imóveis	10.452.983,92	6.057,61	10.446.926,31
Total	11.210.973,56	124.275,14	11.086.698,42

Euros

<i>Ganhos e Perdas Realizadas</i>	<i>2017</i>		
	<i>Ganhos realizados</i>	<i>Perdas realizadas</i>	<i>Ganho/perda líquido</i>
De ativos disponíveis para venda	2.361.494,68	909.309,47	1.452.185,21
de títulos de dívida	782.763,55	503.383,62	279.379,93
de ações	1.419.882,53	405.925,85	1.013.956,68
de fundos de investimento	158.848,60	0,00	158.848,60
De outros	0,00	0,00	0,00
de imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	2.361.494,68	909.309,47	1.452.185,21

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas uma perda em 2018, conforme se demonstra nos quadros abaixo:

Euros

<i>Ganhos e Perdas Realizadas</i>	2018		Ganho/perda líquido
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação			
de títulos de dívida	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Euros

<i>Ganhos e Perdas Realizadas</i>	2017		Ganho/perda líquido
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação			
de títulos de dívida	0,00	10.568,63	(10.568,63)
Total	0,00	10.568,63	(10.568,63)

32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Euros

<i>Rubrica</i>	2018				
	Saldo Inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo Final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.248.734,12	256.008,70	(157.765,12)	84.083,37	1.431.061,07
Imparidade de edifícios de rendimento	132.283,53	64.502,16	0,00	(84.083,37)	112.702,32
Total	1.381.017,65	320.510,86	(157.765,12)	0,00	1.543.763,39

Euros

<i>Rubrica</i>	2017				
	Saldo Inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo Final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.239.853,29	8.880,83	0,00	0,00	1.248.734,12
Imparidade de edifícios de rendimento	132.283,53	0,00	0,00	0,00	132.283,53
Total	1.372.136,82	8.880,83	0,00	0,00	1.381.017,65

33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
<i>Operações Gerais</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro		
Outros gastos técnicos	176.703,05	60.121,99
Comissões de gestão de cosseguro	26.887,89	19.425,59
Outros	149.815,16	40.696,40
Outros rendimentos técnicos	11.473,79	43.660,34
Outros	11.473,79	43.660,34
Total	(165.229,26)	(16.461,65)

34. Ajustamentos e Outras Provisões (variação)

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
<i>Operações Gerais</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(712.250,71)	423.386,61
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(1.881,18)	(90,36)
Total	(714.131,89)	423.296,25

35. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Euros		
<i>Operações Gerais</i>		
<i>Conceito</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Outros Rendimentos/Gastos		
Outros gastos	376.645,02	1.107.876,50
Gastos e perdas não correntes	232.995,00	1.101.976,15
Donativos	300,00	5.000,00
Ofertas a clientes	27.529,34	22.447,49
Multas e penalidades	46.933,73	1.452,39
Quotizações diversas	914,73	855,83
Outros gastos	157.317,20	1.072.220,44
Gastos e perdas financeiras	2.302,29	5.900,35
Juros suportados	36,39	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	698,06	1.338,83
Outros gastos e perdas financeiras	1.567,84	4.561,52
Perdas em outros ativos tangíveis	141.347,73	0,00
Outros rendimentos	525.070,79	418.021,62
Rendimentos e ganhos não correntes	77.728,36	20.834,08
Restituição de impostos	14.465,10	0,00
Outros	63.263,26	20.834,08
Rendimentos e ganhos financeiros	150.498,72	146.672,28
Juros de acordos	2.752,71	813,10
Juros compensatórios	373,06	3.482,51
Diferenças de câmbio favoráveis	1.642,64	713,05
Outros rendimentos e ganhos financeiros	145.730,31	141.663,62
Outros	296.843,71	250.515,26
Total	148.425,77	(689.854,88)

36. Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2018 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2018			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
19,8%	46,1%	24,1%	10,0%

2017			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
25,8%	46,2%	16,2%	11,9%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

2018					
Seguro direto					
Conceito	Ramos não vida global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	23.556.854,05	1.571.308,22	12.869.523,56	7.397.236,38	1.718.785,89
Provisão p/ sinistros	105.410.615,69	52.918.424,30	32.671.196,21	8.135.972,67	11.685.022,51
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.886.110,61	0,00	0,00	1.366.307,50	1.519.803,11
Provisão p/ riscos em curso	767.751,33	0,00	312.021,65	216.675,80	239.053,88
Total	132.621.331,68	54.489.732,52	45.852.741,42	17.116.192,35	15.162.665,39

Euros

2017					
Seguro direto					
Conceito	Ramos não vida global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	19.834.726,51	1.470.562,96	11.944.143,71	4.589.986,18	1.830.033,66
Provisão p/ sinistros	100.246.872,85	52.774.310,97	30.503.601,70	6.038.352,73	10.930.607,45
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.759.549,35	0,00	0,00	1.217.111,33	1.542.438,02
Provisão p/ riscos em curso	1.470.625,60	219.081,18	720.193,23	395.668,59	135.682,60
Total	124.311.774,31	54.463.955,11	43.167.938,64	12.241.118,83	14.438.761,73

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia:

Euros

<i>Conta de Ganhos e Perdas</i>	<i>2018</i>				
	<i>Ramos não vida global</i>	<i>Acidentes de trabalho</i>	<i>Automóvel</i>	<i>Incêndio e outros danos</i>	<i>Restantes ramos</i>
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	69.272.053,24	18.671.037,42	39.535.988,72	5.488.069,27	5.576.957,83
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	46.970.935,69	12.963.006,21	27.199.401,47	4.264.180,94	2.544.347,07
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	(576.313,01)	(219.081,18)	(408.171,58)	(29.796,62)	80.736,37
Custos e gastos de exploração líquidos	21.080.163,63	4.712.651,39	12.630.790,69	1.814.762,56	1.921.958,99
Rendimentos	3.969.520,50	2.202.014,75	1.474.755,95	155.198,58	137.551,22
Gastos financeiros	1.860.585,71	310.439,32	1.126.147,22	225.753,99	198.245,18
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11.086.698,42	0,00	9.215.829,32	1.002.235,12	868.633,98
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	00,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	320.510,86	0,00	267.644,63	27.861,21	25.005,02
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(165.229,26)	(30.403,18)	(83.062,85)	(31.345,65)	(20.417,58)
Resultado técnico	14.507.160,02	3.075.633,25	9.327.698,71	311.395,24	1.792.432,82
Rendimentos	0,00				
Gastos financeiros	0,00				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	(714.131,89)				
Outros rendimentos/gastos	148.425,77				
Resultado não técnico	862.557,66				
Resultado antes de impostos	15.369.717,68				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	2.117.445,07				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	1.222.821,31				
Resultado líquido do exercício	12.029.451,30				

<i>Conta de Ganhos e Perdas</i>	<i>2017</i>				
	<i>Ramos não vida global</i>	<i>Acidentes de trabalho</i>	<i>Automóvel</i>	<i>Incêndio e outros danos</i>	<i>Restantes ramos</i>
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	76.988.132,06	24.229.799,38	41.691.715,20	4.951.207,26	6.115.410,22
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	63.891.524,97	27.048.434,87	30.369.137,22	3.804.221,55	2.669.731,33
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(333.514,96)	(474.841,49)	(52.359,47)	283.401,42	(89.715,42)
Custos e gastos de exploração líquidos	22.412.889,53	6.271.162,96	12.850.492,66	1.385.964,11	1.905.269,80
Rendimentos	4.005.065,32	2.127.818,32	1.562.257,68	150.799,98	164.189,34
Gastos financeiros	1.288.595,77	353.052,15	716.412,67	93.554,02	125.576,93
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.452.185,21	(139.940,16)	1.323.923,06	127.929,28	140.273,03
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	8.880,83	0,00	7.451,02	679,24	750,57
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(16.461,65)	(22.691,77)	18.037,66	(7.382,85)	(4.424,69)
Resultado técnico	(4.839.455,20)	(7.002.822,72)	704.799,50	(345.266,67)	1.803.834,69
Rendimentos	32.702,46				
Gastos financeiros	558,66				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.568,63)				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	423.296,25				
Outros rendimentos/gastos	(689.854,88)				
Resultado não técnico	(1.091.575,96)				
Resultado antes de impostos	(5.931.031,16)				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	280.513,15				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	(886.002,61)				
Resultado líquido do exercício	(5.325.541,70)				

Nos exercícios de 2018 e 2017, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

37. Entidades Relacionadas

37.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como “**Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975 inicia as suas atividades a “**FUNDACIÓN MAPFRE**” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A “**FUNDACIÓN MAPFRE**”, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007 impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012 **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol**, o terceiro grupo segurador na **América Latina**, onde também é líder no seguro Não Vida.

É a **11.ª seguradora na Europa** em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes, 37.000 empregados, 5.400 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **84.000 intermediários**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

37.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

37.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A..
António Luis de Azevedo Portela	BIAL, S.A.
Andrés Jiménez Herradón	MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME; FUNDACIÓN MAPFRE
Antonio Nuñez Tovar	MAPFRE ESPAÑA; MAPFRE VIDA; MAPFRE INTERNACIONAL; MAPFRE PERU; CORPORACIÓN FUNERARIA; MAPFRE PERU VIDA
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS
Juan Fernández Palacios	MAPFRE VIDA; MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.
Miguel Pedro Caetano Ramos	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.; TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.; IBERICAR (RETAIL ESPANHA); CAETANO RETAIL (RETAIL PORTUGAL); SC AUTO AFRICA; SC INDUSTRIA; GLOBAL WATT

37.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se nos quadros seguintes:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2018	2017	2018	2017
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	1.095.652,94	593.867,92	394.312,60	314.008,32
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	102.288,98	110.414,61	1.800,00	1.800,00
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	237.521,06	241.329,49	0,00	0,00
Total	1.435.462,98	945.612,02	396.112,60	315.808,32

Euros

Conceito	Operações Gerais	
	2018	2017
Saldos a receber e a pagar	498.019,16	599.508,74
Depósitos	497.489,08	49.522,81
Total	995.508,24	649.031,55

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2018	2017
Prémios	22.606.469,00	16.045.143,40
Sinistros recebidos	7.163.809,84	8.636.627,40
Variação de provisões técnicas	5.226.393,71	(1.035.366,43)
Comissões	2.120.820,69	2.107.708,83
Juros sobre depósitos	610,93	701,03

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2018	2017
Saldos a receber e a pagar	(1.379.241,76)	(1.289.362,86)
Depósitos recebidos de resseguradores	(11.057,54)	(16.677,02)
Provisões técnicas	24.243.561,38	16.386.969,94
Total	22.853.262,08	15.080.930,06

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018	Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanço			
Em Portugal		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
MAPFRE Seguros de Vida	Seguradora/Segurado									164.408,76	35.969,99
	Outros Custos/Proveitos										9.424,71
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		(1.979,03)								
MAPFRE Assistência	Seguradora/Segurado										34.667,11
	Resseguradora			(309.047,18)	3.111.349,49	(5.570,31)	2.132.950,02		1.212.698,29		
	Proprietário/Arrendatário										1.800,00
	Outros Custos/Proveitos										20.550,75
MAPFRE Vida Seguros y Reaseguros Sobre La Vida Humana	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		9.178,88								
	Seguradora/Segurado										15.177,63
Iberoassistencia	Proprietário/Arrendatário		(8.305,86)							102.288,98	
	Seguradora/Segurado										36.220,29
	Outros custos/proveitos		(809,23)								8.286,05
MAPFRE RE	Prestação serviços assistência/apoio telefónico SIM24									25.596,93	
	Seguradora/Segurado										4.063,05
	Resseguradora			(5.864,83)	145.906,73	33.994,08	525.729,80		644.444,24		

(Continua)

(Continuação)

Euros

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018	Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanço			
Em Espanha		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
Solunion Seguros	Resseguradora			(5.631,10)	0,00	0,00	(128.700,93)		(5.653,41)		
MAPFRE Vida	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		145,88								
MAPFRE Inversion	Prestação Serviços de Administração e Depósito dos Investimentos Financeiros	497.489,08	(3.814,12)							17.207,31	
MAPFRE Asset Management	Prestação Serviços de Gestão dos Investimentos Financeiros		(49.086,90)							220.313,75	
MAPFRE Global Risks	Representante Fiscal (em Portugal)		32.591,12								
	Resseguradora			(449.796,51)	10.047.210,94	478.686,04	3.049.105,51		11.097.518,52		
MAPFRE España	Regul. de Sinistros-Pag/Reembolsos em Portugal, de Conta da MAPFRE España		525.575,05								229.925,47
	Outros Custos/ Proveitos		(3.076,39)								27,55
	Resseguradora			(56.659,35)	1.536.180,83	53.668,00	3.983.394,88		4.788.990,36		
MAPFRE RE	Resseguradora	(11.057,54)		(552.242,79)	7.765.821,01	1.560.042,88	2.827.724,27	610,93	6.505.563,37		
	Outros Custos/ Proveitos										55,36
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida	Realização Estudos Atuariais									1.230,00	
MAPFRE S.A.	Prestação serviços no âmbito da formação		(2.661,08)								11.140,42
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático										879.615,61
CESVIMAP	Prestação serviços no âmbito da formação										13.605,86
MAPFRE Seguros de Empresa	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		260,84								
Total		486.431,54	498.019,16	(1.379.241,76)	22.606.469,00	2.120.820,69	12.390.203,55	610,93	24.243.561,38	1.435.462,98	396.112,60

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

38.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Euros

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2018	2017	2018	2017
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	922.648,56	954.871,23	692.720,53	769.881,32
Índice de volatilidade do rácio combinado	6,6%	3,6%	7,2%	4,0%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

Variação	2018	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	5.200.612,32	
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(6.711.610,91)	

Euros

Variação	2017	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	4.853.886,43	
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(6.274.004,31)	

c) Alteração longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

Variação	2018	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(521.572,43)	
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	484.520,64	

Euros

Variação	2017	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(490.918,58)	
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	456.416,02	

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2018</i>				<i>Total</i>
	<i>Acidentes de trabalho</i>	<i>Automóvel</i>	<i>Incêndio e outros danos</i>	<i>Restantes ramos</i>	
Prémios brutos emitidos	19.006.889,37	44.350.650,39	23.199.256,36	9.636.403,73	96.193.199,85
Prémios de resseguro cedido	238.739,64	4.027.772,80	17.384.623,50	4.127.829,88	25.778.965,82
% Média de retenção	99%	91%	25%	57%	73%

Euros

<i>Rubrica</i>	<i>2017</i>				<i>Total</i>
	<i>Acidentes de trabalho</i>	<i>Automóvel</i>	<i>Incêndio e outros danos</i>	<i>Restantes ramos</i>	
Prémios brutos emitidos	24.548.259,65	44.010.926,04	15.404.285,92	11.319.215,38	95.282.686,99
Prémios de resseguro cedido	256.795,77	3.001.695,02	10.302.938,42	5.147.657,60	18.709.086,81
% Média de retenção	99%	93%	33%	55%	80%

<i>Contratos de Resseguro</i>	<i>2018</i>							
	<i>Automóvel</i>	<i>Incêndio e Outros Danos</i>	<i>Acidentes de Trabalho</i>	<i>Acidentes Pessoais</i>	<i>Transportes</i>	<i>Resp. Civil</i>	<i>Doença</i>	<i>Caução</i>
Proporcional	Quota Parte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Excedente		✓			✓		
	Facultativo		✓		✓	✓	✓	✓
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓	✓		
	Facultativo					✓		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Euros

2018							
<i>Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência</i>							
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2013 e anteriores	Provisão pendente	26.648.304,76	8.441.954,59	6.441.840,76	4.885.435,95	4.007.074,43	20.171.445,32
	Pagos acumulados	36.613.999,55	49.915.666,53	51.959.102,07	53.328.956,03	54.381.549,79	56.944.039,56
	Total custo	63.262.304,31	58.357.621,12	58.400.942,83	58.214.391,98	58.388.624,22	77.115.484,88
2014	Provisão pendente	25.955.134,91	7.001.448,81	4.810.830,85	3.885.330,05	3.626.309,63	
	Pagos acumulados	39.747.108,76	55.481.285,52	58.015.117,55	59.972.574,50	61.207.878,97	
	Total custo	65.702.243,67	62.482.734,33	62.825.948,40	63.857.904,55	64.834.188,60	
2015	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40	3.869.738,89		
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18	63.178.947,56		
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85	66.628.133,58	67.048.686,45		
2016	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92			
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28			
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16	61.139.811,20			
2017	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80				
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96				
	Total custo	57.244.444,94	53.562.491,76				
2018	Provisão pendente	25.907.822,85					
	Pagos acumulados	26.461.821,07					
	Total custo	52.369.643,92					
Conceito	Ano de ocorrência						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013 e ant.	Total
Provisão p/sinistros de seguro direto – Não vida *	25.907.822,85	8.053.589,80	5.606.871,92	3.869.738,89	3.626.309,63	20.171.445,32	67.235.778,41

*Nota: Os valores apresentados no quadro acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo acidentes de trabalho. Relativamente ao exercício de 2018, estão ainda deduzidos dos montantes recuperáveis de congéneres (2.203.658,97 euros), relativo aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes, conforme divulgado na Nota 11.

Volume de prémios

▲ 1%
total de 96,19M€

Euros

2017							
<i>Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência</i>							
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2012 e anteriores	Provisão pendente	25.876.296,87	13.806.117,73	6.680.851,42	5.193.156,61	4.921.528,62	19.121.320,65
	Pagos acumulados	35.700.507,39	54.777.332,62	56.491.305,42	59.176.970,14	60.362.116,36	63.296.563,02
	Total custo	61.576.804,26	68.583.450,35	63.172.156,84	64.370.126,75	65.283.644,98	82.417.883,67
2013	Provisão pendente	26.648.304,76	8.441.954,59	6.441.840,76	4.885.435,95	4.007.074,43	
	Pagos acumulados	36.613.999,55	49.915.666,53	51.959.102,07	53.328.956,03	54.381.549,79	
	Total custo	63.262.304,31	58.357.621,12	58.400.942,83	58.214.391,98	58.388.624,22	
2014	Provisão pendente	25.955.134,91	7.001.448,81	4.810.830,85	3.885.330,05		
	Pagos acumulados	39.747.108,76	55.481.285,52	58.015.117,55	59.972.574,50		
	Total custo	65.702.243,67	62.482.734,33	62.825.948,40	63.857.904,55		
2015	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40			
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18			
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85	66.628.133,58			
2016	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43				
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73				
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16				
2017	Provisão pendente	24.447.844,25					
	Pagos acumulados	32.796.600,69					
	Total custo	57.244.444,94					
Conceito	Ano de ocorrência						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012 e ant.	Total
Provisão p/sinistros de seguro direto – Não vida *	24.447.844,25	8.284.667,43	5.049.361,40	3.885.330,05	4.007.074,43	19.121.320,65	64.795.598,21

*Nota: Os valores apresentados no quadro acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo acidentes de trabalho.

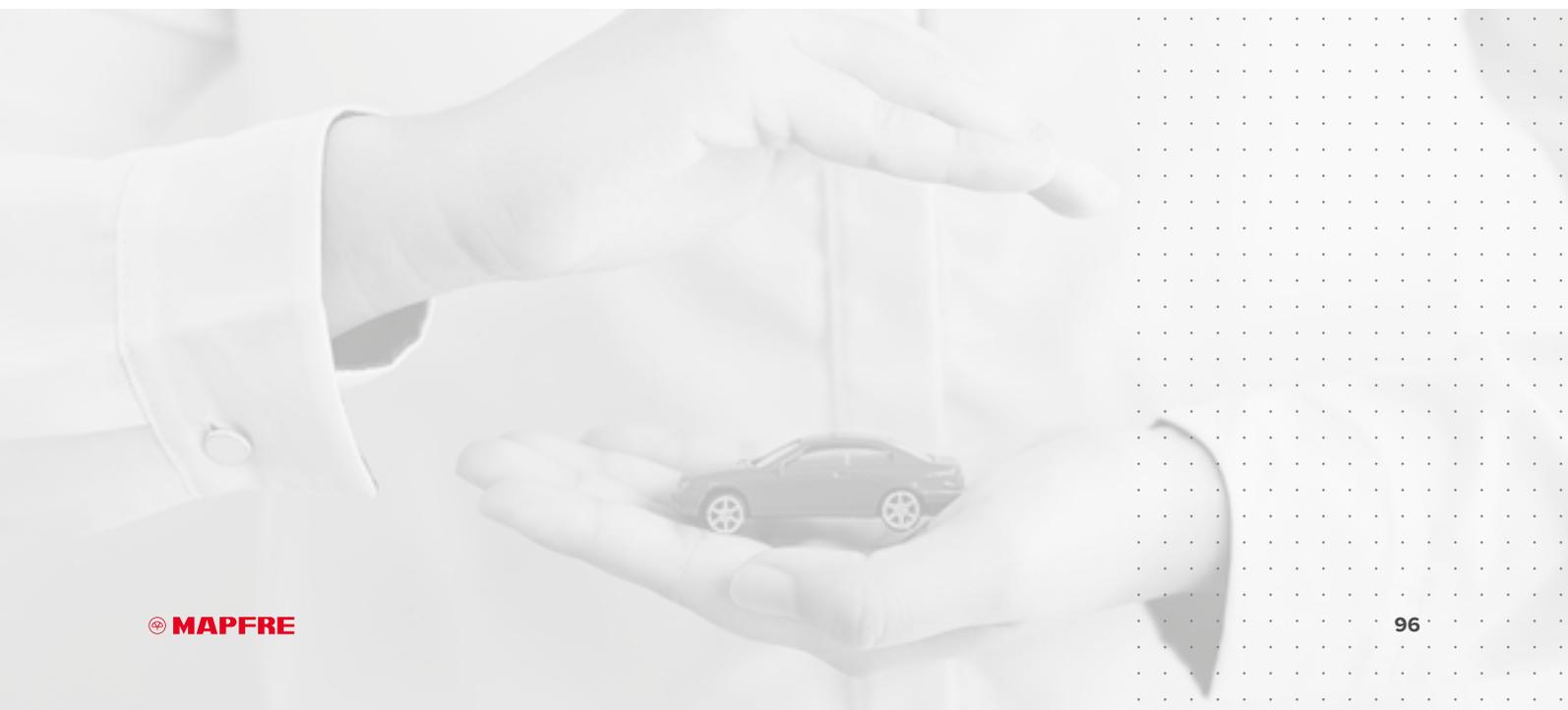
O valor de 35.971.178,31 € referente às provisões matemáticas de pensões de Acidentes de Trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros”, apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

<i>Ano de Ocorrência dos Sinistros</i>	2018			
	<i>Provisão Matemática - Pensões</i>			
	Conciliadas/ homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2013 e anteriores	24.104.817,36	287.637,62	475.171,90	24.867.626,88
2014	1.768.408,90	0,00	680.670,53	2.449.079,43
2015	1.157.924,01	0,00	414.473,73	1.572.397,74
2016	1.117.966,72	0,00	1.275.592,65	2.393.559,37
2017	482.871,28	0,00	2.092.664,46	2.575.535,74
2018	7.227,53	0,00	2.105.751,62	2.112.979,15
Total	28.639.215,80	287.637,62	7.044.324,89	35.971.178,31

Euros

<i>Ano de Ocorrência dos Sinistros</i>	2017			
	<i>Provisão Matemática - Pensões</i>			
	Conciliadas/ homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2012 e anteriores	22.450.774,80	410.099,33	680.435,99	23.541.310,12
2013	1.737.480,08	0,00	204.416,98	1.941.897,06
2014	1.521.552,13	0,00	414.062,75	1.935.614,88
2015	731.860,02	0,00	1.403.932,49	2.135.792,51
2016	627.472,00	0,00	2.466.073,10	3.093.545,10
2017	190.943,00	0,00	2.612.171,97	2.803.114,97
Total	27.260.082,03	410.099,33	7.781.093,28	35.451.274,64



O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 5.276.677,21 €. Nos quadros abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

<i>Ano de Ocorrência dos Sinistros</i>	<i>2018</i>		
	<i>Montantes Pagos - Pensões</i>		
	<i>Pensões pagas</i>	<i>Pensões remidas</i>	<i>Total por ano de ocorrência do sinistro</i>
2013 e anteriores	1.064.852,22	210.729,54	1.275.581,76
2014	103.907,49	165.213,34	269.120,83
2015	69.885,03	750.975,74	820.860,77
2016	65.775,55	1.695.005,62	1.760.781,17
2017	(102.352,83)	1.202.931,95	1.100.579,12
2018	(36,80)	49.790,36	49.753,56
Total	1.202.030,66	4.074.646,55	5.276.677,21

Euros

<i>Ano de Ocorrência dos Sinistros</i>	<i>2017</i>		
	<i>Montantes Pagos - Pensões</i>		
	<i>Pensões pagas</i>	<i>Pensões remidas</i>	<i>Total por ano de ocorrência do sinistro</i>
2012 e anteriores	1.330.657,69	178.316,96	1.508.974,65
2013	(9.460,22)	181.231,49	171.771,27
2014	130.247,19	408.518,71	538.765,90
2015	59.937,90	1.866.181,08	1.926.118,98
2016	34.519,43	1.448.243,71	1.482.763,14
2017	5.625,21	39.032,00	44.657,21
Total	1.551.527,20	4.121.523,95	5.673.051,15

38.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 38% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 14% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 52% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., detêm 45% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

<i>Resseguro Cedido</i>	<i>Valor Contabilístico</i>	
	2018	2017
Provisão para sinistros	18.307.828,26	12.864.437,84
Dívidas por operações de resseguro cedido	(1.602.122,06)	(1.760.092,64)
Créditos por operações de resseguro cedido	43.916,33	245.009,55
Total posição líquida	16.749.622,53	11.349.354,75

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte.

Do valor total em risco, um montante de 2.291.143,77 € encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 11.057,79 € encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Euros

<i>Classificação Creditícia de Resseguradores</i>	<i>Valor Contabilístico</i>	
	2018	2017
AAA	0,00	0,00
AA	14.340,69	456,79
A	16.508.749,06	9.683.000,24
BBB	(2.783,44)	1.718.012,48
BB	0,00	0,00
Sem qualificação	229.316,22	(52.114,75)
Total posição líquida	16.749.622,53	11.349.354,75

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Euros

<i>Cosseguro</i>	<i>Valor Contabilístico</i>	
	2018	2017
Créditos por operações de cosseguro	753.051,40	2.254.804,63
Dívidas por operações de cosseguro	(614.033,55)	(2.244.611,15)
Total posição líquida	139.017,85	10.193,48

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se nos quadros seguintes:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2018</i>						
	<i>Seguro Direto</i>						
	<i>1.º ano</i>	<i>2.º ano</i>	<i>3.º ano</i>	<i>4.º ano</i>	<i>5.º ano</i>	<i>Após o 5.º ano</i>	<i>Saldo final</i>
Provisão para sinistros	29.815.305,97	13.138.594,62	8.908.436,00	6.374.388,76	5.543.384,24	72.319.018,04	136.099.127,63
Acidentes Trabalho*	9.347.773,96	5.154.095,66	3.039.266,75	2.346.659,14	2.114.153,59	61.604.987,14	83.606.936,24
Outros seguros	20.467.532,01	7.984.498,96	5.869.169,25	4.027.729,62	3.429.230,65	10.714.030,90	52.492.191,39
Provisão para desvios de sinistralidade						2.886.110,61	2.886.110,61
Provisão para riscos em curso	310.053,23	227.923,37	68.222,63	47.765,54	36.278,88	77.507,68	767.751,33
Dívidas por operações de seguro direto	3.461.783,21						3.461.783,21
Dívidas por operações de resseguro	1.602.122,06						1.602.122,06
Total posição líquida	35.189.264,47	13.366.517,99	8.976.658,63	6.422.154,30	5.579.663,12	75.282.636,33	144.816.894,84

* Valores apresentados sem desconto e deduzido dos montantes recuperáveis de congéneres, relativo aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

Euros

<i>Conceito</i>	<i>2017</i>						
	<i>Seguro Direto</i>						
	<i>1.º ano</i>	<i>2.º ano</i>	<i>3.º ano</i>	<i>4.º ano</i>	<i>5.º ano</i>	<i>Após o 5.º ano</i>	<i>Saldo final</i>
Provisão para sinistros	29.003.929,70	11.536.565,95	8.086.131,00	6.131.963,31	5.062.156,99	69.352.163,01	129.172.909,95
Acidentes trabalho *	11.731.617,44	5.774.343,36	3.362.898,48	2.492.822,71	2.120.820,42	56.217.845,67	81.700.348,07
Outros seguros	17.272.312,26	5.762.222,59	4.723.232,52	3.639.140,60	2.941.336,57	13.134.317,34	47.472.561,88
Provisão para desvios de sinistralidade						2.759.549,35	2.759.549,35
Provisão para riscos em curso	845.280,09	394.905,50	76.721,29	39.496,55	36.464,36	77.757,80	1.470.625,60
Dívidas por operações de seguro direto	5.568.971,38						5.568.971,38
Dívidas por operações de resseguro	1.760.092,64						1.760.092,64
Total posição líquida	37.178.273,81	11.931.471,45	8.162.852,29	6.171.459,87	5.098.621,35	72.189.470,16	140.732.148,92

* Valores apresentados sem desconto.

38.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro-rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

38.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos nos quadros abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

<i>Rácios</i>	2018				
	Ramos não vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	66,0%	68,5%	74,5%	50,0%	56,5%
Rácio de custos de exploração	25,8%	24,9%	29,1%	18,8%	27,3%
Rácio combinado	91,8%	93,5%	103,6%	68,8%	83,8%
Rácio operacional	77,8%	83,5%	82,1%	64,3%	75,8%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	67,8%	69,4%	68,8%	77,7%	45,6%
Rácio de custos de exploração	30,4%	25,2%	31,9%	33,1%	34,5%
Rácio combinado	98,2%	94,7%	100,7%	110,8%	80,1%
Rácio operacional	79,7%	84,5%	77,2%	94,3%	66,0%

<i>Rácios</i>	2017				
	Ramos não vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	75,8%	110,5%	73,7%	50,1%	43,0%
Rácio de custos de exploração	26,3%	25,6%	28,7%	20,2%	26,7%
Rácio combinado	102,1%	136,1%	102,4%	70,4%	69,7%
Rácio operacional	97,8%	129,4%	97,5%	69,1%	68,1%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	83,0%	111,6%	72,8%	76,8%	43,7%
Rácio de custos de exploração	29,1%	25,9%	30,8%	28,0%	31,2%
Rácio combinado	112,1%	137,5%	103,7%	104,8%	74,8%
Rácio operacional	106,7%	130,8%	98,5%	101,1%	71,9%



38.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a reconhecer no ativo, conforme Nota 11, os saldos a recuperar de congêneres relativo aos sinistros de Acidentes de Trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

No entanto, não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

39.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo. Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia. Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

39.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

Nos quadros seguintes, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

<i>Classificação Creditícia dos Emissores</i>	2018			
	<i>Justo Valor</i>			
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	103.560,54	0,00	0,00	103.560,54
AA	2.038.548,26	1.206.610,13	834.845,79	4.080.004,18
A	82.644.702,42	11.023.089,41	2.843.382,54	96.511.174,37
BBB	15.856.068,19	8.038.002,04	7.676.161,31	31.570.231,54
BB ou menor	0,00	100.131,22	0,00	100.131,22
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100.642.879,41	20.367.832,80	11.354.389,64	132.365.101,85

Euros

<i>Classificação Creditícia dos Emissores</i>	2017			
	<i>Justo Valor</i>			
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	2.130.910,00	4.931.010,00	845.590,00	7.907.510,00
A	1.746.790,00	9.763.040,00	4.383.110,00	15.892.940,00
BBB	77.867.219,13	7.522.530,00	5.129.033,62	90.518.782,75
BB ou menor	0,00	431.900,00	0,00	431.900,00
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	81.744.919,13	22.648.480,00	10.357.733,62	114.751.132,75

b) Risco de câmbio

Nos quadros seguintes, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

<i>Tipo de Moeda</i>	<i>2018</i>			
	<i>Valor Contabilístico</i>			
	<i>Ações</i>	<i>Unidades de participação</i>	<i>Títulos de dívida</i>	<i>Total</i>
Euro	12.709.984,46	6.444.019,14	132.365.101,85	151.519.105,45
Franco Suíço	665.6910,00	0,00	0,00	665.6910,00
Dólares	0,00	0,00	0,00	0,00
Libras	245.498,50	0,00	0,00	245.498,50
Total	13.621.173,96	6.444.019,14	132.365.101,85	152.430.294,95

Euros

<i>Tipo de Moeda</i>	<i>2017</i>			
	<i>Valor Contabilístico</i>			
	<i>Ações</i>	<i>Unidades de participação</i>	<i>Títulos de dívida</i>	<i>Total</i>
Euro	11.320.371,87	7.258.148,45	114.751.132,75	133.329.653,07
Franco Suíço	658.140,63	0,00	0,00	658.140,63
Dólares	0,00	582.690,02	0,00	582.690,02
Libras	219.762,53	0,00	0,00	219.762,53
Total	12.198.275,03	7.840.838,47	114.751.132,75	134.790.246,25

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. Nos quadros abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

<i>Tipo de ativo</i>	<i>2018</i>								<i>Taxa de juro</i>	<i>Duração modificada</i>
	<i>Saldo Final</i>	<i>Vencimento a:</i>								
		<i>1 ano</i>	<i>2 anos</i>	<i>3 anos</i>	<i>4 anos</i>	<i>5 anos</i>	<i>Após 5 anos</i>			
Títulos de dívida	132.365.101,85	0,00	5.047.098,72	6.057.464,04	11.187.960,61	18.178.743,36	91.893.835,12	2,7116	9,2230	
Total	132.365.101,85	0,00	5.047.098,72	6.057.464,04	11.187.960,61	18.178.743,36	91.893.835,12	-	-	

Euros

<i>Tipo de ativo</i>	<i>2017</i>								<i>Taxa de juro</i>	<i>Duração modificada</i>
	<i>Saldo Final</i>	<i>Vencimento a:</i>								
		<i>1 ano</i>	<i>2 anos</i>	<i>3 anos</i>	<i>4 anos</i>	<i>5 anos</i>	<i>Após 5 anos</i>			
Títulos de dívida	114.751.132,75	5.644.538,42	3.718.112,64	5.335.790,07	9.609.166,10	8.384.238,92	82.059.286,60	3,0292	9,0954	
Total	114.751.132,75	5.644.538,42	3.718.112,64	5.335.790,07	9.609.166,10	8.384.238,92	82.059.286,60	-	-	

No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros		
<i>Capital próprio</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Capital próprio	75.214.383,11	64.419.521,23
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(9.461.208,11)	(8.088.700,51)
Capital próprio após o impacto	65.753.175,00	56.330.820,72
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	9.461.208,11	8.088.700,51
Capital próprio após o impacto	84.675.591,22	72.508.221,74

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Euros		
<i>Carteira Disponível para Venda</i>	<i>2018</i>	
	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	20.065.193,10	4.185.000,00
Total	20.065.193,10	4.185.000,00

Euros		
<i>Carteira Disponível para Venda</i>	<i>2017</i>	
	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	20.039.113,50	5.120.000,00
Total	20.039.113,50	5.120.000,00

d) Risco de concentração

A companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Euros		
<i>Setor de Atividade</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Dívida pública e outros emissores públicos	100.642.879,41	81.744.919,13
Instituições financeiras	29.885.616,48	31.776.800,63
Energia	6.262.571,81	2.454.412,81
Comunicações	5.837.902,98	3.727.039,93
Petrolíferas	4.610.904,01	4.784.613,15
Industriais	3.380.654,36	6.097.268,28
Construção	778.439,04	0,00
Imobiliário	655.601,01	0,00
Distribuição	375.725,85	0,00
Farmacêuticas	0,00	2.382.430,90
Tecnológicas	0,00	1.822.761,42
Total	152.430.294,95	134.790.246,25

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indicam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente essencialmente no 1.º ano e 2.º ano, entre os fluxos de ativos e passivos poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

2018								
Seguro direto a:								
Conceito	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	Saldo final
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.470.507,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.470.507,82
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.552.940,11	8.234.969,93	8.890.313,69	14.035.654,72	18.942.890,98	111.161.021,52	20.065.193,10	184.882.984,05
Invest. em filiais, associa. e empreend. conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	7.475.230,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.475.230,43
Contas a receber p/ operações de resseguro	43.916,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.916,33
Total Ativo	17.542.594,69	8.234.969,93	8.890.313,69	14.035.654,72	18.942.890,98	111.161.021,52	41.065.193,10	219.872.638,63
Passivo								
Provisão para sinistros	29.815.305,97	13.138.594,62	8.908.436,00	6.374.388,76	5.543.384,24	72.319.018,04	0,00	136.099.127,63
Acidentes trabalho*	9.347.773,96	5.154.095,66	3.039.266,75	2.346.659,14	2.114.153,59	61.604.987,14	0,00	83.606.936,24
Outros seguros	20.467.532,01	7.984.498,96	5.869.169,25	4.027.729,62	3.429.230,65	10.714.030,90	0,00	52.492.191,39
Provisão para desvios de sinistralidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.886.110,61	0,00	2.886.110,61
Provisão para riscos em curso	310.053,23	227.923,37	68.222,63	47.765,54	36.278,88	77.507,68	0,00	767.751,33
Dívidas por operações de seguro direto	3.461.783,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.461.783,21
Dívidas por operações de resseguro	1.602.122,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602.122,06
Total Passivo	35.189.264,47	13.366.517,99	8.976.658,63	6.422.154,30	5.579.663,12	75.282.636,33	0,00	144.816.894,84
Total Ativo-Passivo	(17.646.669,78)	(5.131.548,06)	(86.344,94)	7.613.500,42	13.363.227,86	35.878.385,19	41.065.193,10	75.055.743,79

* Valores apresentados sem desconto e deduzido dos montantes recuperáveis de congéneres, relativo aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

2017								
Seguro direto a:								
Conceito	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	Saldo final
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.233.797,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.233.797,97
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.771.783,39	6.695.893,83	7.802.511,38	11.657.849,99	10.683.213,02	99.941.377,71	20.039.113,50	165.591.742,82
Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	9.090.005,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.090.005,05
Contas a receber p/ operações de resseguro	245.009,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.009,55
Total Ativo	24.340.595,96	6.695.893,83	7.802.511,38	11.657.849,99	10.683.213,02	99.941.377,71	41.039.113,50	202.160.555,39
Passivo								
Provisão para sinistros	29.003.929,70	11.536.565,95	8.086.131,00	6.131.963,31	5.062.156,99	69.352.163,01	0,00	129.172.909,95
Acidentes Trabalho *	11.731.617,44	5.774.343,36	3.362.898,48	2.492.822,71	2.120.820,42	56.217.845,67	0,00	81.700.348,07
Outros Seguros	17.272.312,26	5.762.222,59	4.723.232,52	3.639.140,60	2.941.336,57	13.134.317,34	0,00	47.472.561,88
Provisão para desvios de sinistralidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759.549,35	0,00	2.759.549,35
Provisão para riscos em curso	845.280,09	394.905,50	76.721,29	39.496,55	36.464,36	77.757,80	0,00	1.470.625,60
Dívidas por operações de seguro direto	5.568.971,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.568.971,38
Dívidas por operações de resseguro	1.760.092,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.760.092,64
Total Passivo	37.178.273,81	11.931.471,45	8.162.852,29	6.171.459,87	5.098.621,35	72.189.470,16	0,00	140.732.148,92
Total Ativo-Passivo	(12.837.677,85)	(5.235.577,62)	(360.340,91)	5.486.390,12	5.584.591,67	27.751.907,55	41.039.113,50	61.428.406,47

* Valores apresentados sem desconto

40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

40.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Em 2018:

62,6%

Índice geral de criticidade associado

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;



Na MAPFRE, aplica-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o “rating A” da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cumulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cumulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2018.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

40.2. Monitorização global da exposição ao risco
Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2018, não existindo nenhum superior a 75%:

<i>Processo</i>	Percentagem	
	Índice de Criticidade Associado	
	2018	2017
Geral	62,55	63,06
Desenvolvimento de produtos	60,90	63,11
Emissão	64,46	66,51
Sinistros	58,53	59,33
Gestão Administrativa	57,83	58,05
Atividades Comerciais	62,47	60,99
Recursos Humanos	67,21	59,61
Comissões	62,34	61,39
Cosseguro/resseguro	70,19	65,35
Provisões técnicas	54,73	57,55
Investimentos	57,16	62,30
Sistemas Tecnológicos	64,72	60,30
Atendimento ao cliente	63,11	62,31

41. Elementos Extrapatrimoniais

A Companhia detém, no final de 2018, o valor de 894.278,06 €, em garantias bancárias prestadas a terceiros.

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor até ao ano de 2022, fluxos futuros contratualizados no valor de 135.959,63 €, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Euros

<i>Conceito</i>	<i>Fluxos futuros contratualizados</i>			
	2019	2020	2021	2022
Leasing operacional com viaturas	66.842,43	47.595,42	19.279,72	2.242,06
Total	66.842,43	47.595,42	19.279,72	2.242,06

Adicionalmente tal como mencionado na Nota 38.2, a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.291.143,77 €.

42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a *performance* da entidade.

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não teve impacto decorrente da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE – Seguros Gerais não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

(emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ativo, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados

em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, para os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2022.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras, estando a ser assessorada pelo Grupo MAPFRE, que dispõem de equipas multidisciplinares encarregues de analisar os impactos e de em conjunto serem tomadas as medidas necessárias para o devida implementação e cumprimento da norma.

IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locatário – o cliente do *leasing*), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais, nomeadamente da sede (serviços centrais) e viaturas. A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, a Companhia reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

A Companhia já efetuou uma avaliação inicial dos potenciais impactos nas suas demonstrações financeiras, contudo, ainda não consolidou a sua avaliação de forma a aferir sobre o montante dos impactos a incorporar nas demonstrações financeiras.

O impacto real de aplicar a IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial irá depender de condições económicas futuras, do desenvolvimento do portefólio de contratos de locação da Companhia, da avaliação da Companhia, nomeadamente se esta irá exercer alguma das opções de renovação, da amplitude que a Companhia escolha em termos de utilização dos expedientes práticos disponíveis e do reconhecimento das exceções.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas

sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimo geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;

- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lidado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);

Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018). A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a *performance* dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras, estando a ser assessorada pelo Grupo MAPFRE, que dispõem de equipas multidisciplinares encarregues de analisar os impactos e de em conjunto serem tomadas as medidas necessárias para a devida implementação e cumprimento da norma.

Durante o ano de 2018 já ocorrem algumas sessões de formação, para que as pessoas envolvidas na aplicação da norma possam ir tomando consciência da sua amplitude e impactos.

Lisboa, 13 de março de 2019

LUIS ANULA
Administrador-Delegado

FILIPE TEMPERO
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ
(Presidente)

JUAN FERNÁNDEZ PALACIOS
(Vice-Presidente)

LUIS ANULA RODRIGUEZ
(Vogal/Administrador-Delegado)

ANDRÉS JIMÉNEZ HERRADÓN
(Vogal)

ANTÓNIO LUÍS DE AZEVEDO PORTELA
(Vogal)

ANTONIO NUÑEZ TOVAR
(Vogal)

JAVIER DEL RÍO MARTÍN
(Vogal)

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

PEDRO RIBEIRO E SILVA

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.1.

31.12.2018

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1 - Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes								
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.1 - Partes de capital em filiais								
	MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
1.1.2 - Partes de capital em associadas								
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	Subtotal	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	Subtotal							
1.1.9 - Outros títulos em filiais								
1.1.10 - Outros títulos em associadas								
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	Subtotal							
	Subtotal 1.1	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.1 - Partes de capital em filiais								
1.2.2 - Partes de capital em associadas								
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	Subtotal							
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	Subtotal							
1.2.9 - Outros títulos em filiais								

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2							
	Total 1	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.000,00
	2 - Outros							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	123,08	7.600.152,24
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		5.200.000,00	110,03		5.721.420,00	111,98	5.823.078,52
	Subtotal		11.375.000,00			11.845.043,45		13.423.230,76
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2	0	11.375.000,00			11.845.043,45		13.423.230,76
	Subtotal 2.1	0	11.375.000,00			11.845.043,45		13.423.230,76
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	7193			23,96	172.342,66	33,83	243.339,19
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.676			108,48	290.298,08	108,45	290.212,20
DE0008404005	ALLIANZ SE	485			143,09	69.396,68	175,14	84.942,90
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.411			145,07	204.689,00	137,16	193.532,76
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	98.148			5,86	574.749,39	4,64	454.965,05
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	156.403			4,34	678.870,81	3,97	621.389,11
ES0113307062	BANKIA S.A.	38.931			3,73	145.342,63	2,56	99.663,36
ES0113679I37	BANKINTER	24.981			7,31	182.557,43	7,02	175.316,65
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.242			72,28	234.329,73	60,56	196.335,52

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. - PARIS	15.411			51,39	791.981,66	39,47	608.349,22
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	78.334			4,05	317.176,60	3,16	247.848,77
FR0000120644	DANONE S.A.	6.635			60,93	404.240,76	61,51	408.118,85
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	39.596			15,27	604.797,93	14,82	586.812,72
DE000ENAG999	E.ON SE	18.056			7,79	140.636,03	8,63	155.769,11
IT0003128367	ENEL SPA	93.075			4,53	422.079,90	5,04	469.470,30
FR0010208488	ENGIE S.A.	21.799			13,40	292.213,25	12,52	273.032,47
IT0003132476	ENI SPA	28.023			14,88	416.882,32	13,75	385.260,20
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	15.710			16,85	264.705,06	17,70	277.988,45
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.267			17,53	109.859,47	16,60	104.019,82
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	6.442			22,49	144.905,12	22,90	147.521,80
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	112.374			5,45	611.983,68	7,02	788.640,73
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	16.811			26,01	437.184,26	22,35	375.725,85
NL0011821202	ING GROEP N.V.	37.380			13,13	490.729,22	9,41	351.745,80
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	111.725			2,36	263.523,12	1,94	216.724,15
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	12.885			9,60	123.695,65	10,78	138.964,72
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.117			156,66	174.988,22	190,55	212.844,35
ES0116870314	NATURGY ENERGY GROUP S.A.	9.716			19,50	189.460,09	22,26	216.278,16
CH0038863350	NESTLE S.A.	2.653			62,22	165.074,67	70,86	188.003,87
CH0012005267	NOVARTIS AG	3.435			77,24	265.328,85	74,63	256.353,61
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			1,00	300.000,00	1,02	306.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	20.906			13,27	277.513,48	14,16	295.924,43
ES0173516115	REPSOL S.A.	29.675			11,85	351.674,96	14,08	417.824,00
ES06735169D7	REPSOL S.A.	29.675			0,41	12.196,42	0,40	11.870,00
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.024			215,98	221.158,43	216,15	221.333,52
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	6.235			25,07	156.312,73	25,65	159.958,92
FR0000120578	SANOFI	3.736			69,34	259.071,49	75,66	282.665,76
DE0007164600	SAP SE	3.791			81,46	308.828,65	86,93	329.551,63
DE0007236101	SIEMENS AG	5.547			94,20	522.502,42	97,38	540.166,86
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	45.461			7,62	346.484,14	7,34	333.638,27
FR0000120271	Total S.A.	15.161			44,19	670.005,18	46,18	700.134,98
NL0000009355	UNILEVER PLC	7.745			35,98	278.644,69	47,42	367.267,90
FR0000125486	VINCI S.A.	3.570			48,08	171.641,98	72,02	257.111,40
FR0000127771	VIVENDI SA	22.889			18,02	412.414,20	21,28	487.077,92
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	83.131			2,37	197.333,87	1,70	141.478,68
	Subtotal	1.549.460				13.669.804,91		13.621.173,96
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	70.000			1,00	70.000,00	1,00	70.210,00
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	40			1 000,00	40.000,00	939,63	37.585,02
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	141.604			1,00	141.802,79	1,03	145.852,19

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1757			308,22	541.517,75	315,68	554.618,19
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	103.183			11,06	1.141.000,00	11,71	1.208.164,61
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I.	4.623			64,90	300.000,00	55,60	257.009,35
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	191.053			1,00	191.052,87	1,13	215.603,16
LU1527121039	MAPFRE AM - MULTI ASSET STRATE	351.511			9,96	3.500.000,00	9,62	3.381.540,62
LU1857396607	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES	273			1 003,40	274.359,08	1.000,02	273.436,00
LU1857396789	STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES	300			1 000,00	300.000,00	1.000,00	300.000,00
	Subtotal	864.344				64.997,32		64.440,19
	2.2.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	2.413.804		0,00		20 169 537,40		20 065 193,10
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	99,33		1.490.010,00	111,02	1.665.284,94
BE0000342510	REINO DE BELGICA 0,5 10/2024		700.000,00	101,93		713.510,00	101,91	713.390,77
DE0001102424	REPÚBLICA DE ALEMANIA 0,5 8/2027		100.000,00	101,23		101.230,00	103,56	103.560,54
FR0013344751	REPÚBLICA DE FRANCIA 0 3/2024		700.000,00	99,82		698.740,00	99,84	698.857,81
FR0011317783	REPÚBLICA DE FRANCIA 2,75 10/2027		100.000,00	118,95		118.950,00	119,73	119.729,03
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	94,25	2.073.452,18
IT0004889033	REPÚBLICA DE ITALIA 4,75 9/2028		300.000,00	127,09		381.255,00	119,80	359.385,25
ES0000012A97	TESORO PÚBLICO 0,45 10/2022		1.500.000,00	101,26		1.518.900,00	101,42	1.521.350,42
ES0000012B39	TESORO PÚBLICO 1,4 4/2028		2.100.000,00	98,70		2.072.782,50	101,41	2.129.584,92
ES0000012B88	TESORO PÚBLICO 1,4 7/2028		1.000.000,00	98,62		986.152,38	100,48	1.004.764,69
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		4.615.000,00	98,96		4.566.827,50	101,70	4.693.509,96
ES00000126Z1	TESORO PÚBLICO 1,6 4/2025		1.100.000,00	105,51		1.160.566,00	106,41	1.170.563,51
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	77,48	1.486.109,14
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		3.600.000,00	100,51		3.618.185,00	106,03	3.817.065,83
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		3.000.000,00	100,53		3.016.008,00	102,40	3.071.940,38
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	112,51	675.067,62
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.400.000,00	99,75		3.391.510,00	107,71	3.662.062,94
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	119,84	958.743,08
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.450.000,00	88,85		11.062.029,38	143,29	17.839.180,06
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	146,40	4.538.419,55
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		13.415.000,00	147,63		19.804.769,50	151,99	20.389.973,94
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		7.451.000,00	105,60		7.868.438,91	126,14	9.398.875,55
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		800.000,00	118,32		946.520,00	123,55	988.372,15
	Subtotal		66.449.000,00			69.902.525,00		83.079.244,26

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		500.000,00	99,98		499.875,00	101,31	506.570,65
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	127,64	1.021.136,47
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	117,73	1.765.891,03
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	99,41		477.177,60	109,94	527.732,61
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	118,18	319.073,63
	Subtotal		3.550.000,00			3.743.556,20		4.140.404,39
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	102,00		1.428.020,00	103,47	1.448.615,71
XS1878191052	AMADEUS IT GROUP S.A. 0,875 9/2023		200.000,00	99,90		199.796,00	99,81	199.617,95
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,683 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,32	300.947,66
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	103,73		1.555.950,00	103,20	1.547.997,90
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	99,21	694.446,05
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	105,62	528.093,52
XS1592168451	BANKINTER 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	100,13	100.131,22
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	107,64	322.930,25
XS1626933102	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,434 6/2024		2.400.000,00	99,85		2.396.442,00	96,60	2.318.298,73
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	107,82		1.563.390,00	107,49	1.558.670,76
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		300.000,00	99,32		297.960,00	99,81	299.436,95
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	106,01	318.042,11
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	99,91		399.640,00	98,46	393.859,34
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	112,74	281.844,10
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	118,01		354.030,00	112,87	338.613,08
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 1,086 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	105,10	1.786.673,74
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		3.000.000,00	103,64		3.109.185,00	104,04	3.121.077,23
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	126,90		126.900,00	118,55	118.547,70
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	101,45		507.250,00	108,47	542.339,36
XS1609252645	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPA 0,364 5/2021		190.000,00	100,00		190.000,00	97,43	185.121,88

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1577427526	GOLDMAN SACHS GROUP INC 0,315 9/2022		3.000.000,00	100,26		3.007.733,48	97,21	2.916.304,94
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	97,05	194.103,43
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	99,88		399.528,00	107,28	429.130,62
XS1551306951	INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024		300.000,00	99,31		297.939,00	97,79	293.361,79
XS1578294081	ITALGAS SPA 1,125 3/2024		500.000,00	99,71		498.530,00	99,18	495.906,58
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	103,09	721.641,21
XS1416688890	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	99,49		198.976,00	105,32	210.636,29
XS1603892065	MORGAN STANLEY 0,383 11/2022		700.000,00	100,00		700.000,00	98,83	691.808,08
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.000.000,00	109,78		1.097.760,00	110,51	1.105.131,68
XS0460658676	NATWEST MARKETS PLC 1 12/2023		650.000,00	63,80		414.700,00	101,58	660.296,77
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	103,97	623.824,72
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025		1.100.000,00	100,15		1.101.643,00	101,89	1.120.837,26
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	102,98		823.805,00	104,36	834.845,79
FR0013321791	SOCIETE GENERALE (PARIS) 0,134 3/2023		2.500.000,00	98,10		2.452.510,00	96,36	2.409.024,92
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	122,97	737.811,57
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,165 9/2020		1.200.000,00	100,05		1.200.600,00	100,55	1.206.610,13
CH0359915425	UBS GROUP FUNDING SWITZERLAND 0,389 9/2022		200.000,00	100,00		200.000,00	99,23	198.453,65
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	120,70		482.800,00	116,80	467.187,77
	Subtotal		30.940.000,00			31.300.461,48		31.722.222,44
	Subtotal 2.2.2		100.939.000,00			104.946.542,67		118.941.871,09
	Subtotal 2.2	2.413.804	100.939.000,00			125.116.080,07		139.007.064,19
	2.3 - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4							
	Total 2	2.413.804	112.314.000,00			136.961.123,52		152.430.294,95
	Total geral	6.613.804	112.314.000,00			157.961.123,52		173.430.294,95

* Inclui o valor dos juros decorridos

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.2.

31.12.2017

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.1 - Partes de capital em filiais								
	MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
1.1.2 - Partes de capital em associadas								
1 - Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes								
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal		4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.1.9 - Outros títulos em filiais								
1.1.10 - Outros títulos em associadas								
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
Subtotal 1.1		4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.1 - Partes de capital em filiais								
1.2.2 - Partes de capital em associadas								
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2							
	Total 1	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	2 - Outros							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4/25 4/2027		6.175.000,00	99,14		6.122.080,25	122,75	7.579.742,35
	Subtotal		6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2	0	6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	Subtotal 2.1	0	6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	7.018			10,58	74.229,39	18,55	130.183,90
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	7.099			24,28	172.364,42	32,62	231.569,38
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	352			101,40	35.693,07	105,05	36.977,60
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	191,50	81.962,00
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	70.193			6,20	435.051,16	7,11	499.212,61
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	134.313			4,36	586.017,62	5,48	735.900,92
ES0113679I37	BANKINTER	4.077			2,76	11.264,60	7,90	32.224,60
DE000BAY0017	BAYER A.G.	686			96,68	66.321,81	104,00	71.344,00
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	13.140			52,24	686.419,03	62,25	817.965,00

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	59.654			4,14	246.974,79	3,89	231.994,40
FR0000120644	DANONE S.A.	4.085			57,96	236.748,15	69,95	285.745,75
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	24.245			15,45	374.498,54	14,79	358.704,77
DE000ENAG999	E.ON SE	14.170			7,43	105.340,56	9,06	128.394,37
IT0003128367	ENEL SPA	90.621			4,53	410.927,34	5,13	464.885,73
FR0010208488	ENGIE S.A.	19.011			13,53	257.220,28	14,33	272.522,68
IT0003132476	ENI SPA	24.121			14,82	357.371,55	13,80	332.869,80
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	20.351			16,48	335.399,79	18,92	385.142,67
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	7.627			18,48	140.918,06	19,25	146.819,75
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	9.451			19,81	187.193,07	24,42	230.840,67
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	142.166			5,06	719.046,57	6,46	918.392,36
NL0011821202	ING GROEP N.V.	27.937			13,77	384.558,06	15,32	428.134,52
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	18.382			9,26	170.141,81	11,30	207.716,60
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750			140,24	105.178,38	180,75	135.562,50
CH0038863350	NESTLE S.A.	2.653			62,22	165.074,67	71,66	190.110,80
CH0012005267	NOVARTIS AG	3.591			75,83	272.301,31	70,46	253.027,76
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			1,00	300.000,00	1,01	303.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	23.260			12,89	299.776,27	14,48	336.688,50
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	29.706			10,60	314.975,86	14,75	438.014,97
ES06735169B1	REPSOL YPF, S.A.	29.706			0,39	11.525,92	0,38	11.258,57
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.020			220,26	224.662,45	210,79	215.002,07
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	5.603			23,86	133.688,70	27,78	155.679,35
FR0000120578	SANOFI	3.416			67,71	231.293,49	71,85	245.439,60
DE0007164600	SAP SE	3.751			76,83	288.205,39	93,45	350.530,95
DE0007236101	SIEMENS AG	3.046			82,35	250.849,16	116,15	353.792,90
FR0000120271	Total S.A.	15.915			42,29	673.100,74	46,04	732.806,17
NL0000009355	UNILEVER PLC	9.488			33,06	313.701,21	46,96	445.509,04
FR0000125486	VINCI S.A.	3.570			48,08	171.641,98	85,15	303.985,50
FR0000127771	VIVENDI SA	21.347			17,04	363.783,07	22,42	478.599,74
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	83.131			2,37	197.333,87	2,64	219.762,53
Subtotal		1.239.080				10.359.252,87		12.198.275,03
2.2.1.2 - Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICICIL	40			1.000,00	40.000,00	958,46	38.338,46
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1.757			308,22	541.517,75	310,18	544.955,24
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	44.914			9,82	441.000,00	12,10	543.305,69
ES0137814002	FONDMAPFRE RENTADOLAR F.I.	81.893			7,94	650.000,00	7,18	587.869,26
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	200.000			1,00	200.000,00	1,00	200.000,00
FR0012386696	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	17.803			101,13	1.800.441,65	101,09	1.799.740,87
LU1390062831	LYXOR USD 10Y INFLATION EXPECT	6.729			94,67	637.012,90	86,59	582.690,02
LU1527121039	MAPFRE AM SICAV	351.511			9,96	3.500.000,00	10,08	3.543.938,93
Subtotal		704.648				7.809.972,30		7.840.838,47

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	1.943.728				18.169.225,17		20.039.113,50
	2.2.2 - Títulos de dívida					54.500.527,44		66.135.413,15
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	142,36	4.413.226,90
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	139,21	16.844.564,33
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	122,55	980.380,71
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		13.785.000,00	146,78		20.233.043,83	146,33	20.172.058,78
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		7.451.000,00	105,60		7.868.438,91	130,03	9.688.451,44
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	72,79	1.396.093,17
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	113,33	680.005,26
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	101,91	3.057.388,07
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		4.615.000,00	98,96		4.566.827,50	99,38	4.586.289,81
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	102,81	2.570.162,70
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	99,33		1.490.010,00	116,45	1.746.791,98
	Subtotal		51.369.000,00			54.500.527,44		66.135.413,15
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		700.000,00	99,98		699.825,00	100,99	706.897,18
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	99,87		1.398.138,00	101,72	1.424.013,11
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	128,94	1.031.512,58
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	123,11	1.846.576,09
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	99,61		2.041.923,00	104,20	2.136.155,73
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	99,41		477.177,60	114,64	550.268,96
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	123,83	334.339,98
	Subtotal		7.200.000,00			7.383.567,20		8.029.763,63
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	102,00		1.428.020,00	105,16	1.472.230,47
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,671 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,37	301.110,09
XS1422919594	ANZ NEW ZEALAND INTL LTD-LONDON 0,625 6/2021		3.300.000,00	101,33		3.343.770,00	101,89	3.362.266,77
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	103,73		1.555.950,00	104,93	1.573.937,16
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	112,99	790.944,42
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	115,87	579.341,55
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	100,13		1.521.912,40	103,89	1.579.079,14
XS1592168451	BANKINTER 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	104,80	104.801,83
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	110,12	330.354,99

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1626933102	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,424 6/2024		1.400.000,00	100,53		1.407.462,00	102,41	1.433.732,62
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	107,82		1.563.390,00	109,99	1.594.920,96
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	98,21		883.869,53	103,16	928.457,82
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	109,03	327.097,38
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	99,91		399.640,00	100,48	401.931,99
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	100,05		550.275,00	106,12	583.678,20
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	117,46	293.638,79
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG 1,125 3/2018		250.000,00	99,38		248.452,50	101,19	252.966,82
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	118,01		354.030,00	117,25	351.750,73
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 1,101 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	104,38	1.774.432,90
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	99,65		298.950,00	106,42	319.266,74
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	126,90		126.900,00	124,63	124.625,54
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	101,45		507.250,00	112,74	563.685,02
XS1609252645	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPA 0,352 5/2021		190.000,00	100,00		190.000,00	101,11	192.100,57
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	99,55		1.991.020,00	101,46	2.029.248,07
XS1577427526	GOLDMAN SACHS GROUP INC 0,305 9/2022		2.300.000,00	100,69		2.315.920,00	100,98	2.322.584,12
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	99,88		399.528,00	113,37	453.461,28
XS1551306951	INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024		300.000,00	99,31		297.939,00	103,93	311.784,71
XS1578294081	ITALGAS SPA 1,125 3/2024		500.000,00	99,71		498.530,00	102,97	514.854,26
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	103,32	723.260,99
XS1416688890	METROVACESA S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	99,49		198.976,00	107,80	215.609,59

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1603892065	MORGAN STANLEY 0,371 11/2022		700.000,00	100,00		700.000,00	101,68	711.735,34
XS1511787589	MORGAN STANLEY 1,375 10/2026		200.000,00	99,12		198.234,00	100,56	201.123,69
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.000.000,00	109,78		1.097.760,00	115,93	1.159.265,61
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	107,09		107.090,00	109,79	109.785,43
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 112/2023		650.000,00	63,80		414.700,00	98,05	637.355,82
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	105,72	634.317,46
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIFE 2,5 3/2025		100.000,00	99,09		99.093,00	107,09	107.093,04
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	102,98		823.805,00	105,70	845.592,88
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	131,19	787.137,55
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,154 9/2020		1.300.000,00	100,05		1.300.650,00	101,21	1.315.778,50
CH0359915425	UBS GROUP FUNDING SWITZERLAND 0,371 9/2022		200.000,00	100,00		200.000,00	101,52	203.048,24
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	120,70		482.800,00	121,71	486.824,54
	Subtotal		31.260.000,00			31.602.436,43		33.006.213,62
	Subtotal 2.2.2		89.829.000,00			93.486.531,07		107.171.390,40
	Subtotal 2.2	1.943.728	89.829.000,00			111.655.756,24		127.210.503,90
	2.3 - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4							
	Total 2	1.943.728	96.004.000,00			117.777.836,49		134.790.246,25
	Total	6.143.728	96.004.000,00			138.777.836,49		155.790.246,25

* Inclui o valor dos juros decorridos

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Anexo 2.1.

31.12.2018

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não vida	100.246.872,85	27.143.250,39	75.186.154,72	2.082.532,26
Acidentes e doença	53.470.266,12	10.386.362,84	43.877.394,18	793.490,90
Acidentes de trabalho	52.774.310,97	9.897.525,99	43.642.277,03	765.492,05
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	501.691,22	189.782,44	225.294,05	(86.614,73)
Doença	194.263,93	299.054,41	9.823,10	114.613,58
Incêndio e outros danos	6.038.352,73	3.718.388,86	3.016.952,17	696.988,30
Automóvel	30.503.601,70	11.345.861,63	19.041.399,60	(116.340,47)
Responsabilidade civil	27.290.225,08	9.104.417,80	18.142.062,11	(43.745,17)
Outras coberturas	3.213.376,62	2.241.443,83	899.337,49	(72.595,30)
Marítimo e transportes	170.067,81	2.547,56	45.133,76	(122.386,49)
Mercadorias transportadas	215.907,20	24.202,80	172.464,84	(19.239,56)
Responsabilidade civil geral	6.468.474,91	1.478.355,53	6.338.439,33	1.348.319,95
Crédito e caução	3.215.385,07	48.075,16	2.631.436,47	(535.873,44)
Protecção jurídica	162.295,03	90.896,86	62.934,37	(8.463,80)
Diversos	2.522,28	48.559,15	0,00	46.036,87
Total	100.246.872,85	27.143.250,39	75.186.154,72	2.082.532,26

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores



Anexo 2.2.

31.12.2017

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)- (1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não vida	95.123.803,84	30.069.456,87	72.995.913,63	7.941.566,66
Acidentes e doença	46.746.549,94	12.479.617,91	42.577.816,37	8.310.884,34
Acidentes de trabalho	46.060.960,32	12.153.905,52	42.336.350,89	8.429.296,09
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	425.044,16	181.316,55	237.149,93	(6.577,68)
Doença	260.545,46	144.395,84	4.315,55	(11.834,07)
Incêndio e outros danos	7.503.078,68	3.655.887,95	2.880.162,33	(967.028,40)
Automóvel	31.302.865,33	12.509.513,81	18.805.023,27	11.671,75
Responsabilidade civil	27.005.576,55	10.103.212,84	17.773.961,26	871.597,55
Outras coberturas	4.297.288,78	2.406.300,97	1.031.062,01	(859.925,80)
Marítimo e transportes	122.039,49	6.584,37	43.023,14	(72.431,98)
Mercadorias transportadas	216.079,22	(37.078,00)	184.097,90	(69.059,32)
Responsabilidade civil geral	5.923.020,75	1.350.433,60	5.244.060,38	671.473,23
Crédito e caução	3.096.054,88	(16.678,77)	3.166.491,41	53.757,76
Protecção jurídica	187.858,61	99.330,99	93.595,44	5.067,82
Diversos	26.256,94	21.845,01	1.643,39	(2.768,54)
Total	95.123.803,84	30.069.456,87	72.995.913,63	7.941.566,66

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores

Discriminação dos custos com sinistros

Anexo 3.1.

31.12.2018

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	52.360.376,72	5.574.882,39	2.960.083,87	60.895.342,98
Acidentes e doença	15.671.882,62	1.272.070,55	(1.902.850,29)	15.041.102,88
Acidentes de trabalho	13.877.224,20	1.143.059,65	(2.059.545,64)	12.960.738,21
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	349.547,32	85.977,52	(97.198,24)	338.326,60
Doença	1.445.111,10	43.033,38	253.893,59	1.742.038,07
Incêndio e outros danos	7.379.814,53	610.184,30	2.097.619,94	10.087.618,77
Automóvel	27.251.894,30	2.908.296,97	2.167.594,51	32.327.785,78
Responsabilidade civil	17.167.807,08	1.633.118,70	2.622.637,77	21.423.563,55
Outras coberturas	10.084.087,22	1.275.178,27	(455.043,26)	10.904.222,23
Marítimo e transportes	8.214,49	2.693,04	(96.487,72)	(85.580,19)
Mercadorias transportadas	287.696,30	11.631,67	(21.178,83)	278.149,14
Responsabilidade civil geral	1.608.385,62	499.555,46	776.251,30	2.884.192,38
Crédito e caução	66.192,15	28.645,93	5.056,21	99.894,29
Protecção jurídica	38.540,16	240.055,61	(63.398,97)	215.196,80
Diversos	47.756,55	1.748,86	-2.522,28	46.983,13
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52.360.376,72	5.574.882,39	2.960.083,87	60.895.342,98

Anexo 3.2.

31.12.2017

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	61.742.221,55	5.506.231,72	5.123.069,01	72.371.522,28
Acidentes e doença	20.558.074,93	1.421.907,13	6.723.716,18	28.703.698,24
Acidentes de trabalho	19.039.629,97	1.297.777,25	6.713.350,65	27.050.757,87
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	414.197,21	86.198,06	76.647,06	577.042,33
Doença	1.104.247,75	37.931,82	(66.281,53)	1.075.898,04
Incêndio e outros danos	8.615.600,38	418.055,75	(1.464.725,95)	7.568.930,18
Automóvel	30.809.036,06	2.945.151,91	(799.263,63)	32.954.924,34
Responsabilidade civil	19.395.891,09	1.625.922,79	284.648,53	21.306.462,41
Outras coberturas	11.413.144,97	1.319.229,12	(1.083.912,16)	11.648.461,93
Marítimo e transportes	27.660,89	2.819,22	48.028,32	78.508,43
Mercadorias transportadas	72.011,53	10.176,46	(172,02)	82.015,97
Responsabilidade civil geral	1.604.884,07	416.520,46	545.454,16	2.566.858,69
Crédito e caução	(16.152,14)	23.943,88	95.074,44	102.866,18
Protecção jurídica	49.598,12	266.456,17	(1.307,83)	314.746,46
Diversos	21.507,71	1.200,74	(23.734,66)	(1.026,21)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	61.742.221,55	5.506.231,72	5.123.069,01	72.371.522,28

Discriminação de alguns valores por ramos

Anexo 4.1.

31.12.2018

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro direto	96.193.199,85	92.264.856,30	60.895.342,98	23.802.831,20	(6.345.728,20)
Acidentes e doença	23.714.695,33	23.654.527,56	15.041.102,88	5.554.543,11	(988.981,73)
Acidentes de trabalho	19.006.889,37	18.909.572,29	12.960.738,21	4.712.651,39	(240.802,87)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.108.856,59	2.171.002,51	338.326,60	520.962,43	(385.894,60)
Doença	2.598.949,37	2.573.952,76	1.742.038,07	320.929,29	(362.284,26)
Incêndio e outros danos	23.199.256,36	20.168.833,49	10.087.618,77	3.790.749,11	(6.881.339,84)
Automóvel	44.350.650,39	43.414.265,66	32.327.785,78	12.630.793,55	1.250.110,23
Responsabilidade civil	26.625.752,74	26.225.467,04	21.423.563,55	7.240.775,14	1.884.292,42
Outras coberturas	17.724.897,65	17.188.798,62	10.904.222,23	5.390.018,41	(634.182,19)
Marítimo e transportes	133.074,44	136.272,40	(85.580,19)	15.516,33	(145.821,07)
Mercadorias transportadas	278.437,41	282.204,57	278.149,14	71.270,82	28.375,68
Responsabilidade civil geral	3.587.951,28	3.675.933,09	2.884.192,38	847.720,22	465.213,02
Crédito e caução	194.963,30	209.537,69	99.894,29	85.474,68	(26.432,56)
Protecção jurídica	615.625,92	604.401,75	215.196,80	785.952,29	0,00
Diversos	118.545,42	118.880,09	46.983,13	20.811,09	(46.851,93)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	96.193.199,85	92.264.856,30	60.895.342,98	23.802.831,20	(6.345.728,20)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2.

31.12.2017

Euros

<i>Ramos/Grupos de Ramos</i>	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro direto	95.282.686,99	95.487.122,93	72.371.522,28	25.153.893,05	(7.277.990,04)
Acidentes e doença	29.052.535,40	28.951.317,79	28.703.698,24	7.060.449,68	(1.095.803,33)
Acidentes de trabalho	24.548.259,65	24.486.279,27	27.050.757,87	6.271.162,96	(254.156,89)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.256.608,34	2.273.686,46	577.042,33	514.727,68	(302.783,83)
Doença	2.247.667,41	2.191.352,06	1.075.898,04	274.559,04	(538.862,61)
Incêndio e outros danos	15.404.285,92	15.097.971,48	7.568.930,18	3.052.573,32	(4.715.446,38)
Automóvel	44.010.926,04	44.741.651,57	32.954.924,34	12.850.498,29	(464.143,62)
Responsabilidade civil	26.601.346,84	26.951.313,60	21.306.462,41	7.379.633,36	(54.180,29)
Outras coberturas	17.409.579,20	17.790.337,97	11.648.461,93	5.470.864,93	(409.963,33)
Marítimo e transportes	163.708,62	163.555,55	78.508,43	18.910,83	(46.992,25)
Mercadorias transportadas	493.775,31	499.448,98	82.015,97	84.899,50	(236.768,24)
Responsabilidade civil geral	5.140.577,29	4.986.029,25	2.566.858,69	1.274.801,72	(477.939,64)
Crédito e caução	277.458,51	294.695,66	102.866,18	91.900,77	(90.749,56)
Protecção jurídica	626.392,59	638.002,79	314.746,46	703.673,40	(60.374,06)
Diversos	113.027,31	114.449,86	(1.026,21)	16.185,54	(89.772,96)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	95.282.686,99	95.487.122,93	72.371.522,28	25.153.893,05	(7.277.990,04)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

5 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 que evidencia um total de 225.365.412 euros e um total de capital próprio de 75.214.383 euros, incluindo um resultado líquido de 12.029.451 euros, a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 -
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Ver nota 6 das demonstrações financeiras.

O Risco

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 152.430.295 euros, representando cerca de 68% do ativo.

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 6.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como a liquidez, condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros.
- Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras.
- Teste à valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.

Provisão para sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos)

Ver nota 14 das demonstrações financeiras.

Risco

Em 31 de dezembro de 2018, a Provisão para sinistros, no valor de 105.410.615 euros, representa cerca de 70% do Passivo à mesma data.

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, para as principais linhas de negócio, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros.
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros.
- Realização de uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho

Ver nota 14 das demonstrações financeiras.

O Risco

Em 31 de dezembro de 2018, do montante da Provisão para sinistros, 35.971.178 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme se pode observar da leitura da nota 14 das notas anexas às demonstrações financeiras da Entidade.

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos, incluindo as taxas de reinvestimento.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e



- o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 26 de março de 2019

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

Senhores Acionistas

1. No âmbito geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do mencionado Código, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfe Seguros Gerais SA, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2018.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas tomadas em Assembleias Gerais de 25-7-2018 e de 5-12-2018, sob a condição legal essencial da respetiva aceitação para registo pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 43º do mencionado regime de exercício da atividade seguradora (anexo I da lei 147/2015).
3. Neste contexto formal, o Conselho Fiscal, na sua atual conformação, entretanto designado e registado para completar o triénio 2017-2019 em curso, iniciou funções em 8 de novembro de 2018, data em que a ASF procedeu ao registo de três dos seus membros (presidente, primeiro vogal efetivo e vogal suplente). O segundo vogal efetivo foi registado já em 11 de janeiro de 2019, mas com efeito reportado à data do ato original, nos termos da correspondente deliberação da ASF.
4. O Conselho Fiscal tomou como ponto de partida da sua análise todos os documentos de contas relativos ao triénio anterior e ao exercício de 2017, e analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada pelo Conselho de Administração da sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna (apresentação do Grupo Mapfre e “relatório de gestão para o Conselho Fiscal” de outubro de 2018).
5. O Conselho Fiscal analisou e discutiu também os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas KPMG: “Relatório para o Conselho Fiscal de 10-12-2018” e “Conclusões de auditoria interina com referência a 30 de setembro de 2018” de 10-12-2018.
6. O Conselho Fiscal realizou reuniões de trabalho com o administrador-delegado, com os mencionados diretores financeiro e de auditoria interna, e com os representantes da KPMG, para

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

discussão ampla e detalhada de toda a informação recebida, dos tópicos essenciais da atividade da sociedade, e dos critérios relevantes para a análise do seu desempenho e situação, em 5-12-2018, em 18-12-2018 e em 9-1-2019.

7. O Conselho Fiscal recebeu em 22-2-2019 do Conselho de Administração e sob a sua responsabilidade, o Relatório de Gestão, com as propostas nele mencionadas, o Balanço e a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo relativo ao exercício findo em 31-12-2018, tendo-as analisado de novo devidamente.

8. O Conselho recebeu ainda e também analisou as “Conclusões da auditoria com referência a 31 de dezembro de 2018”, da KPMG, com data de 26-2-2019.

9. Em reunião de 26-2-2019 o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro, do diretor de auditoria interna e dos representantes da KPMG os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2018, com base em documento próprio relativo ao encerramento do exercício de 2018, e recebeu ainda, analisou e discutiu as conclusões do já mencionado relatório preliminar de auditoria da KPMG, da mesma data.

10. Ainda em 26-2-2019, o Conselho Fiscal recebeu também e discutiu o relatório da Atuário externo sobre “Seguimento das Provisões para Sinistros a 31 de dezembro de 2018”, com data de 30-1-2019, preparado pela Actuarial – Consultadoria.

11. Em reunião de 19-3-2019 o Conselho Fiscal recebeu e analisou com o diretor financeiro e com o diretor de auditoria interna da Mapfre, e com os representantes dos auditores KPMG, o “Relatório para o Conselho Fiscal, relativo às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em versão não assinada de 19-3-2019”, preparado pela KPMG.

12. Na reunião de 19-3-2019 e no próprio Relatório os auditores KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2018; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as



Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

práticas contabilísticas apropriadas e as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos, foram devidamente discutidas e adequadamente suportadas.

13. O Conselho Fiscal foi expressamente informado da operação de venda relativa ao edifício na Rua Castilho em Lisboa, que tem sido sede da Sociedade, dos respetivos efeitos positivos nas contas e nos resultados do exercício de 2018, e da consequente mudança de sede da Sociedade.

14. Nas reuniões realizadas o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros Gerais, sobre as respetivas bases técnicas e bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Atuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes.

15. O Conselho Fiscal nas reuniões de trabalho havidas alcançou receber dos demais órgãos da Sociedade a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas.

16. O Conselho Fiscal acedeu também em 21-3-2019 ao relato das atividades de auditoria interna da Mapfre em 2018, feito no seu “Plano de Auditoria Interna para 2019 – março de 2019”.

17. O Conselho Fiscal recebeu entretanto a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 26-3-2019 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

18. Tendo em conta o que fica como relatório da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu parecer e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2018.

19. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros



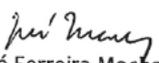
Mapfe Seguros Gerais SA

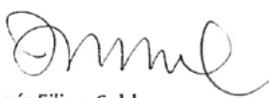
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2018

individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2018, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2018, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2018, não sendo conhecidos factos ou eventos posteriores que façam alterar tal apreciação.

20. Tendo em conta quando diz e fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2018;
 - Aprove as Contas relativas ao exercício de 2018 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
 - Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de o resultado líquido do exercício ser destinado ao reforço dos fundos próprios da sociedade**, da seguinte forma:
 - 1.202.945,13 € (um milhão, duzentos e dois mil, novecentos e quarenta e cinco euros e treze cêntimos) como reserva legal;
 - 10.826.506,17 € (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e seis euros e dezassete cêntimos) como reservas livres;
 - Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 26 de março de 2019


José Ferreira Machado


Luís Filipe Caldas


João Sobral do Rosário

Relatório e Contas 2018

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal
mapfre.pt

www.mapfre.pt

